

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Unimed São José do Rio Preto Cooperativa de Trabalho Médico

Prezados Senhores,

A Administração da Unimed São José Rio Preto Cooperativa de Trabalho Médico, submete à apreciação dos senhores o “Relatório da Administração” e as correspondentes “Demonstrações Contábeis” elaboradas em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade, Lei das Sociedades Cooperativas, aos padrões da Agência Nacional de Saúde – ANS, conforme estabelecido pela RN Nº 528, de 29 de abril de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### Objetivos Sociais

De início, destacamos que a Unimed São José do Rio Preto é uma cooperativa médica (sociedade de pessoas) operadora de planos de saúde e, portanto, é regida pela Lei das Sociedades Cooperativas, Lei nº 5.764, de 16 dezembro de 1971 e pelas disposições da Lei nº 9.656 de 3 junho de 1998 e conforme previsão estatutária tem por objeto a congregação dos integrantes da atividade médica, notadamente em relação ao exercício das atividades ligadas a atendimento de usuários de planos de saúde por si contratados, em nome de seus cooperados, para sua defesa econômica-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades.

Nossa missão na condição de *cooperativa* é a promoção de trabalho e remuneração justa aos cooperados e enquanto *operadora* nossa missão é a promoção de soluções de financiamento e de atenção à saúde. Os valores que norteiam nossas ações são transparência, excelência no atendimento, inclusão, cooperação, equidade, atitude sustentável e inovadora. Nossa visão como *cooperativa* é a união e organização de médicos para prestação de serviços de qualidade em suas especialidades como meio de valorização da profissão, enquanto *operadora* nossa visão é permanente desafio ao status *quo* no financiamento e na atenção à saúde. Nosso propósito é cuidar da saúde com sustentabilidade.

Em 2022 a cooperativa completou 51 anos desde sua fundação, trabalhou e cumpriu firmemente seus propósitos, atendendo suas disposições estatutárias, alinhados as boas práticas de governança, honrando seus compromissos financeiros, suportando as oscilações das operações do mercado de saúde suplementar, tais como, o aumento da sinistralidade,



pressão inflacionária, desabastecimento de insumos médicos hospitalares, avanços tecnológicos, inclusões no ROL de Procedimentos e Eventos em Saúde definidos pela Agência Nacional de Saúde - ANS e reflexos herdados da pandemia.

## Estrutura

A Unimed Rio Preto conta com 1.599 médicos associados, 1.177 colaboradores, Sede Administrativa, 2 Prontos Atendimentos, Laboratório, Serviço de Medicina Preventiva, SOS, Serviços de Quimioterapia, Atendimento Domiciliar, Serviços de Vacinação, Núcleo de Atendimento Multidisciplinar e cerca de 345 prestadores de serviços assistenciais credenciados (Hospitais, Clínicas e Laboratórios), além de participar da rede de atendimento do Sistema Unimed Nacional para atender cerca de 360 mil clientes, sendo que aproximadamente 210 mil são beneficiários de planos de saúde da cooperativa, logo, os outros 150 mil clientes correspondem a beneficiários de outras operadoras atendidos em nossa área ação.

## Cenário Econômico-financeiro

Assim como observado no ano anterior, vários indicadores econômicos apresentaram alterações em 2022, dentre eles, destacamos o índice de inflação do mercado de saúde suplementar e dos serviços de saúde que tiveram variação atingindo inflação aproximada de 7% (2,6% em 2021), Taxa Selic acumulado em 2022 de 11,73% (4,4% em 2021), FIPE Saúde em 8,2% (5,7% em 2021).

Na Unimed Rio Preto, observamos crescimento na carteira clientes, composta conforme a seguir:

<b>Carteira Clientes</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Crescimento</b>
<i>Vidas Pré – Pagamento (Mil)</i>	204,1	195,0	9,1
<i>Vidas Pós – Pagamento (Mil)</i>	156,1	105,9	50,2
<b>Total</b>	<b>360,2</b>	<b>300,9</b>	<b>59,3</b>

Esse crescimento da carteira atrelados ao reajuste de planos de saúde nos contratos individuais definido pela ANS e renegociações dos contratos coletivos, contribuíram para minimizar o cenário econômico da cooperativa. O ano de 2022, continuou sendo marcado pela alta sinistralidade, decorrente ainda de demanda reprimida do período de pós pandemia, aumento da frequência de utilização, inclusão de novos procedimentos no “Rol” de procedimentos e mesmo diante da estabilidade e diminuição dos casos graves da COVID-19, especialmente através da vacinação da população, a pandemia teve impacto significativo na sinistralidade da operadora, foram mais de R\$ 25 milhões (R\$ 80,8 milhões em 2021) de despesas assistenciais relacionadas à COVID.

Nossas contraprestações efetivas de assistência à saúde foram de R\$ 949 milhões (R\$ 737 milhões em 2021) e desse total R\$ 851 milhões (R\$ 648 milhões em 2021) foram destinados

DS 

a eventos indenizáveis líquidos, como remuneração da assistência prestada aos clientes o que representa cerca de 89,6% de sinistralidade geral em 2022 (87,9% em 2021), números que indicam aumento das despesas assistenciais e a relevância da cooperativa na região e no mercado de Saúde Suplementar do Brasil.

Dentre os principais motivos que impactaram a sinistralidade negativamente no exercício de 2022 destacamos:

- ✓ Herança da Pandemia;
- ✓ Inclusões no ROL da ANS;
- ✓ Pressão Inflacionária;
- ✓ Desabastecimento de Insumos;
- ✓ Piso da Enfermagem.

Neste sentido, objetivando equilibrar a sinistralidade para o ano de 2022 e para os próximos anos, a cooperativa vem implantando novas formas de remuneração visando melhorar a qualidade dos serviços prestados. No ano de 2021, a cooperativa adotou um modelo de bonificação para cooperados com base no Incentivo à Qualidade Assistencial (IQA) onde 1.128 cooperados foram beneficiados ao menos uma vez. Em 2022, o programa foi substituído pelo projeto de Bonificação Baseada em Valor, onde os cooperados podem obter até 12% (doze por cento) de bonificação sobre o valor da consulta, o percentual é definido pelo Escore de Valor em Saúde (EVS) com indicadores para cada especialidade.

### **Políticas de Destinação de Lucros / Superávits / Sobras**

A Unimed São José do Rio Preto apura seus resultados levando em conta os atos cooperativos, atos auxiliares e atos não cooperativos. Os atos cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados e pelas cooperativas entre si, quando associadas para consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo nº 79 da Lei nº 5.764/71.

Os atos auxiliares referem-se a operações com utilização de hospitais, clínicas, laboratórios e outros serviços de saúde para execução de serviços auxiliares ao trabalho do médico cooperado.

Em 2022, a cooperativa apresentou resultado líquido de R\$ 38,5 milhões, sendo R\$ 37,9 milhões de superávit nos atos cooperativos e R\$ 0,6 milhões superávit dos atos não cooperativos. Seguindo a legislação vigente, ao término do exercício corrente são constituídos 20% de Fundo de Reserva e 10% ao Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES, além disso o resultado positivo de atos não cooperativos são incrementados ao FATES, assim como as despesas subsidiadas pelo FATES e a amortização da Reserva de Reavaliação serão absorvidas para composição das sobras à disposição da assembleia. Em 2022,

DS



conforme critérios definidos pela RN 526/2022, a cooperativa cumpriu com o capital regulatório exigido até 31 de dezembro de 2022 e não foi necessária destinação de parte do resultado para Reserva do Fundo de Margem de Solvência, logo, a partir do exercício de 2023 deve ser observado os critérios estabelecidos na RN 569/2022 que leva em consideração o capital baseado risco.

As sobras líquidas apuradas após a constituição dos fundos legais, absorções de gastos e amortizações serão deliberadas no primeiro trimestre de 2023.

### **Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da sociedade/entidade e/ou no exercício**

A Unimed São José do Rio Preto é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social a congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro.

Em relação ao desempenho econômico-financeiro a cooperativa mantém sua trajetória de crescimento demonstrado pelo seu Patrimônio em 2022, tais como:

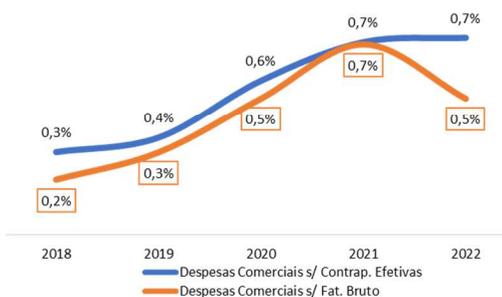
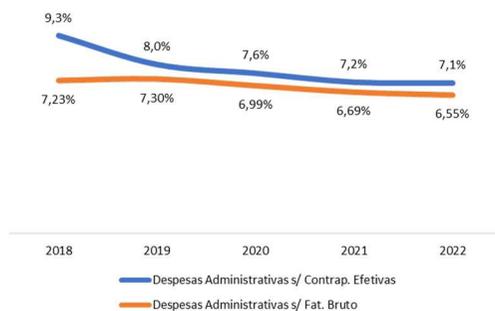
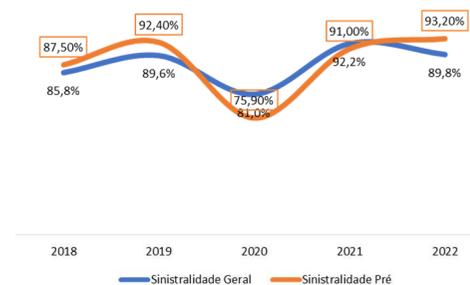
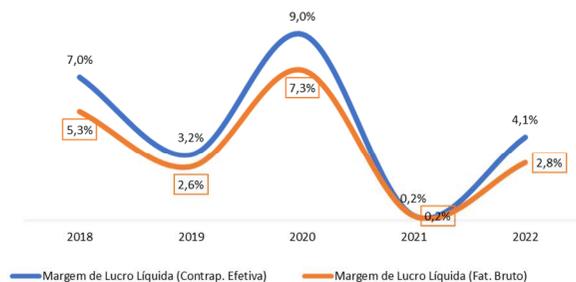
- ✓ Ativo total de R\$ 574 milhões, 14,1% maior em relação ao final do exercício de 2021;
- ✓ Recursos financeiros representam 62% dos ativos totais e fecharam 2022 totalizando R\$ 356 milhões (R\$ 309 milhões em 2021) entre disponibilidades, aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas e aplicações livres;
- ✓ Créditos de Operações de Assistência à Saúde representam 13,6% dos ativos totais, totalizando R\$ 78 milhões (R\$ 65 milhões em 2021);
- ✓ As Provisões para Ações Judiciais (tributárias, cíveis e trabalhistas) contingenciadas totalizam R\$ 95,8 milhões, sendo R\$ 57,8 milhões para tributárias, R\$ 19,7 milhões para cíveis e R\$ 6,3 milhões para trabalhistas, R\$ 3,3 milhões para provisões para multas aplicadas pela ANS e R\$ 8,7 milhões para provisão com ressarcimento ao SUS.

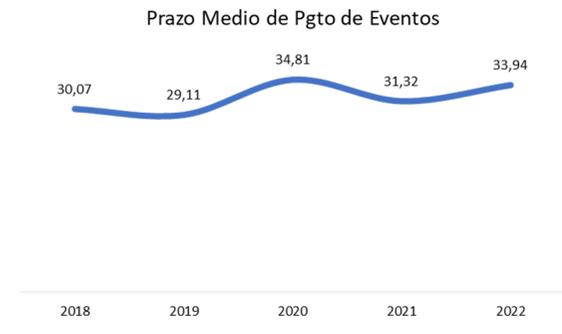
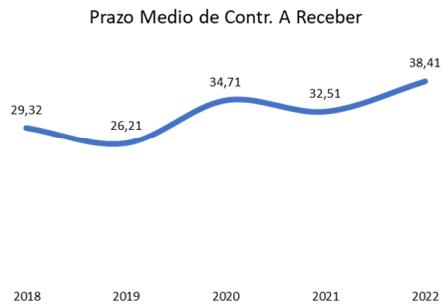
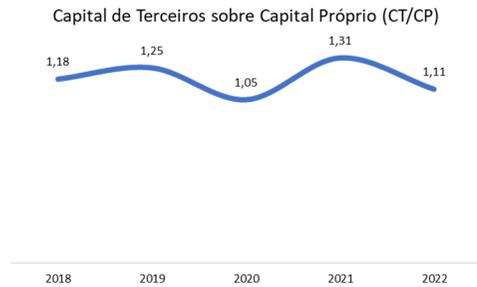
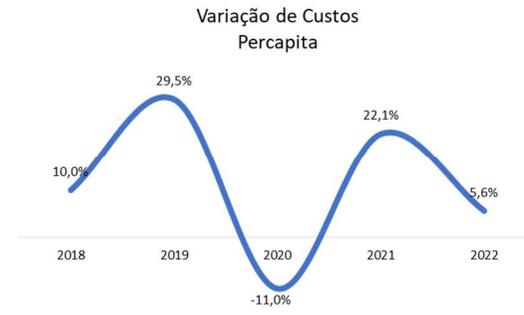
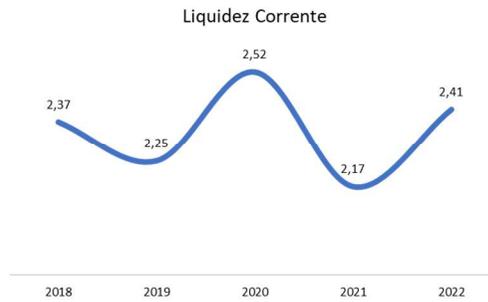
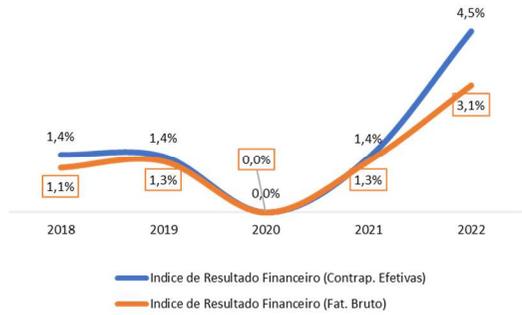
As responsabilidades da cooperativa relativas a assuntos regulatórios que envolvem Garantias Financeiras (Ativo Garantidor), Capital Regulatório (maior valor entre capital baseado em risco - CBR e Margem de Solvência), Provisões Técnicas (Remissão e Peona) foram atendidas em 2022, obtendo:

- ✓ suficiência de R\$ 23,2 milhões em relação a necessidade de Ativos Garantidores de Provisões Técnicas;
- ✓ suficiência de R\$ 67,2 milhões de Capital Regulatório; e
- ✓ realizou provisionamento das provisões técnicas obrigatórias conforme Nota Técnica Atuarial devidamente registradas nas demonstrações contábeis em 2022, sendo R\$ 78,1 milhões para Provisão de Eventos a Liquidar – PESL, R\$ 45,6 milhões para PEONA, R\$ 1,5 milhões para o Ressarcimento ao SUS e R\$ 1,8 milhões para Remissão.

  
DS

Os indicadores previstos na RN 518/2022 a seguir demonstram a evolução econômico-financeira da cooperativa nos últimos 5 (cinco) anos:





Em relação as ações administrativas concluídas e em andamento que contribuem com o crescimento da cooperativa e manutenção da operação destacamos:

- ✓ Ações com foco em melhoria para os clientes e cooperados alinhados às novas tecnologias, como exemplo melhorias nos aplicativos, prontuário eletrônico, exames online, atendimentos via teleatendimento e receituário digital, agendamentos online, atendimento eletivo virtual, início da bonificação no valor da consulta pela performance do atendimento através de um score de saúde, carteirinha digital e atendimentos via drive-thru;
- ✓ Ações com foco em garantia de atendimento à saúde, novas negociações com a região de Jales, negociação de leitos exclusivos Unimed com os hospitais, direcionamento de atendimento nos canais digitais e abertura de novos serviços como o de terapias Aba;
- ✓ Ações voltadas à saúde dos colaboradores, como disponibilização de médicos psicólogos, atendimentos multidisciplinares, implantação de uma POC de saúde materno, ações sociais através do instituto, manutenção do trabalho flexível, plano de desenvolvimento de lideranças e trainees;
- ✓ Ações de governança, compliance e riscos, no gerenciamento dos riscos estratégicos, táticos e operacionais, atuação do canal de denúncia e treinamentos;
- ✓ Criação de novos benefícios aos cooperados e aprovações em AGEs;
- ✓ Ações para controle de custo, frequência da sinistralidade nas solicitações de exames, de materiais e medicamentos. Criação de grupos de estudos internos para identificar desvios e atuar na solução dos problemas.

Dentre estas e outras ações destacamos a participação dos cooperados nas decisões da cooperativa, resultado do modelo de governança baseado em boas práticas.

Em 2022, a cooperativa foi reconhecida por diversos prêmios de reconhecimento, tais como:

- ✓ Selo Ouro (Acreditação Nível 1) – 1ª operadora certificada pela RN 452/2021 ANS, atual RN 507/2022;
- ✓ Certificação FIA Employee Experience – Clima Organizacional;
- ✓ Prêmio Líderes Regionais Noroeste Paulista;
- ✓ Selo ONA/2022 - Nível III de Excelência;
- ✓ Selo Unimed Ouro de Governança e Sustentabilidade;
- ✓ Lugares Incríveis para Trabalhar, edição 2022;
- ✓ IDSS 2022 – Índice de Desempenho da Saúde Suplementar, obteve nota máxima;
- ✓ ISO 31000 Gestão de Riscos - Nível Ouro;
- ✓ Recertificação Ouvidoria de excelência;
- ✓ Prêmio de melhores práticas na gestão de departamentos jurídicos

Todo este cenário reflete na solidez da cooperativa quanto à segurança junto aos Cooperados, Clientes e Parceiros Comerciais o que evidencia que a cooperativa vem cumprindo com seu objetivo social, logo estas conquistas só foram alcançadas devido ao

  
DS

envolvimento da sociedade, cooperados, colaboradores, prestadores e clientes que tem respondido as iniciativas da cooperativa no sentido mitigar os desperdícios e focar na gestão da qualidade.

### **Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto**

Em 2022 não houve reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto.

### **Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s)**

Para gestão de 2021 a 2023, a cooperativa busca tornar-se cada vez mais eficiente e sustentável, neste sentido, elegeu pilares essenciais nas suas diretrizes estratégicas para os próximos anos, são eles:

- ✓ Inovação do modelo de negócio;
- ✓ Sustentabilidade Social, Financeira e Ecológica;
- ✓ Aproximação e Valorização ao cooperado;
- ✓ Maturação do GRC;
- ✓ Empresa 100% digital;
- ✓ Recursos Próprios; e
- ✓ Posicionamento Estratégico no Mercado.

Dentre esses pilares, espera-se incremento da carteira de clientes com rentabilidade, crescimento sustentável do patrimônio, melhoria contínua de seus processos operacionais, fortalecimento de sua rede própria, maturação da LGPD – Lei de Proteção de Dados e do Compliance, crescimento de vendas por uso e ampliação dos canais digitais, expansão dos serviços de saúde na cidade de São José do Rio Preto e nas demais regiões.

O Orçamento do mercado de saúde para 2023, legislação que flexibilizam os critérios para incorporação de procedimentos, medicamentos e terapias, as fusões e aquisições no mercado de saúde são os principais desafios para a cooperativa, nesse sentido, a Unimed São José do Rio Preto seguirá investindo em novos modelos assistenciais com foco na experiência para os clientes e com a provável e iminente crescente da concorrência na região, especialmente pela chegada de grandes nomes no mercado de saúde complementar a cooperativa se mantém atenta aos movimentos com ações estruturadas e estratégicas.



**Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde**



Em relação aos investimentos, a cooperativa inaugurou em maio de 2022 o Laboratório Unimed Rio Preto com garantias de qualidade, resolutividade e satisfação. Além dos atendimentos para “Adultos e Idosos”, a nova unidade conta com espaço infantil, salas personalizadas e modernas, profissionais capacitados, check-in on-line e amplo estacionamento próprio. Dentre os objetivos, destacamos que o novo laboratório visa ampliar a capacidade de realização de exames, especialmente os: bioquímicos, imunobiológicos, hormonais, hematológicos, parasitológicos, microbiológicos, autoimunidade e uroanálise de alta complexidade.

A cooperativa destaca que a prevenção é um dos principais caminhos a serem percorridos, e por isso tem mantido os investimentos nas doenças crônicas utilizando meios de tele consultas e vídeo consultas obtendo resultados positivos frente ao desafio. Além disso, possui investimentos nos seguintes programas de qualidade de vida:

- (a) **Beabá Bebê:** É um serviço gratuito para clientes Unimed, com informações, esclarecimentos e vivências para aprimorar os cuidados com o bebê e estimular o aleitamento materno. O programa tem como objetivo acolher e acompanhar as mulheres do início da gestação até o 1º ano de vida do bebê.

Oferece:

- ✓ Curso de gestantes
- ✓ Projeto Parto Adequado (atividades de preparo para o parto, aulas teóricas e práticas)
- ✓ Auxílio na amamentação e cuidados com o bebê
- ✓ Teste do pezinho ampliado

Em sinergia com o programa, a cooperativa possui o Posto de Coleta de leite humano, que tem como objetivo o estímulo a doação de leite, atendendo a beneficiários da própria cooperativa em parceria com o Banco de leite da cidade e a Prefeitura Municipal.

- (b) **Gerenciamento de Doenças Crônicas:** Objetiva o tratamento e/ou manutenção adequada de doenças crônicas como Diabetes e Hipertensão/Doença Cardiovascular incentivando a adesão ao tratamento e conseqüentemente a estabilização da doença, através de consultas individuais e em grupo da equipe interdisciplinar. **(b1) Cuidando dos meus pés:** Tem como objetivo realizar o exame periódico dos pés dos pacientes acompanhados no GDC – Diabetes, com objetivo da identificação precoce e o tratamento oportuno das alterações encontradas, possibilitando assim a prevenção de um número expressivo de complicações do **Pé Diabético**;

- (c) **Obesidade Adulta:** Objetiva promover a perda de peso, através de abordagem interdisciplinar, contando com os princípios da terapia cognitivo-comportamental, promoção de alimentação saudável, construção de meio ambiente propício para mudança de estilo de vida e comportamental;

- (d) **Oficina da coluna:** Programa interdisciplinar com enfoque educacional e terapêutico visando a melhora da dor, através de reeducação postural e abordagem cognitivo-

DS 



comportamental e acompanhamento com especialista em fisioterapia com abordagens integrativas;

- (e) **Você pode parar de fumar:** Programa com objetivo de cessação e/ou redução do tabaco, baseando-se em protocolos clínicos que buscam resultados não só na cessação do tabagismo, mas nos impactos clínicos da doença, atuando com equipe interdisciplinar, através de abordagem multidimensional.

Além dos investimentos mencionados acima a cooperativa possui outros investimentos de participações societárias no montante de R\$ 9,7 milhões distribuídos nas empresas: Central Nacional Unimed, Federação das Unimed's no Estado de São Paulo, Federação Oeste-Paulista, Unimed Participações e Banco Sicred.

### Resumo dos acordos de acionistas

Em 2022 não houve acordos de acionistas.

### Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A carteira de aplicações financeiras da Cooperativa segue a Política de Investimentos da Unimed São José do Rio Preto, que busca a melhor rentabilidade dos recursos, dentro da estratégia aprovada pela administração, a política institui regras para mitigar os riscos de crédito, de mercado e regras para liquidez dos papéis, sempre observando a necessidade de caixa da cooperativa para cumprir todas suas obrigações nos vencimentos.

Em 2022, a cooperativa não possui títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria.

### Emissão de debêntures

Em 2022 não houve emissão de debentures.

### Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício

Em 2022 não houve Investimentos da cooperativa em sociedades coligadas e controladas.

DS 

Concluimos que a cooperativa segue firme em seus propósitos com respeito ao ser humano, ética e excelência entendendo que os resultados no ano de 2022 apresentaram-se de maneira satisfatória, mesmo diante do cenário desafiador vivenciado, no qual destacamos: aspectos relacionados a mudanças regulatórias (inclusões no Rol de Procedimentos), pressão inflacionária, desabastecimento de alguns insumos, avanços da medicina, aumento da frequência de utilização e reflexos da demanda reprimida causada pela Covid-19 que resultaram no aumento do custo assistencial. Portanto, para os próximos anos, continuaremos na busca pela redução e equilíbrio dos custos assistenciais; a verticalização dos nossos serviços de saúde, modelos mistos de prestação de serviços (verticalizados e rede contratada), novos modelos de remuneração e investimentos em tecnologia na área da saúde se apresentam como caminhos a serem seguidos, além disso, para sustentabilidade econômica da nossa cooperativa, o uso de robotização de processos, especialização do time interno, centros de serviços compartilhados e terceirização de serviços especializados em saúde se mostram como bons caminhos para redução das despesas administrativas.

**Por fim, agradecemos ao apoio, participação e a colaboração de nossos cooperados, a efetiva participação dos conselhos, da diretoria executiva, dos colaboradores, prestadores e fornecedores de serviços e materiais e a todos aqueles que participam da história da Unimed São José do Rio Preto.**

São José do Rio Preto – SP, 07 de março de 2023.

DocuSigned by:



79A2F20E563442B...

**José Luís Crivellin**

**Diretor Presidente**

**CPF: 044.754.528-05**



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da UNIMED SÃO JOSÉ DO RIO PRETO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço Geral Consolidado levantado em 31 de dezembro de 2022, Demonstrações das Sobras, Mutações do Patrimônio Líquido, bem como o saldo das contas, recebendo inclusive, por parte da diretoria, todos os esclarecimentos julgados necessários, verificando um RESULTADO LÍQUIDO no valor de R\$ 38.535 mil, e que após as destinações Legais e Estatutárias, sendo constituição de Reserva Legal de 20% das sobras, no valor de R\$ 7.580 mil, constituição do FATES de 10% das sobras, no valor de R\$ 3.790 mil, constituição do FATES referente ao resultado do Ato Não Cooperativo, no valor de R\$ 634 mil, transferência da utilização do FATES no valor de R\$ 4.724 mil e transferência da amortização da Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 16 mil, resultando finalmente em uma sobra líquida, colocada à disposição da Assembleia, no valor de R\$ 31.271 mil. Dessa forma, após a análise do relatório de auditoria da empresa KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, nossa opinião é de que as demonstrações financeiras acima referidas, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da cooperativa.

### Recomendação:

Primeiramente, é importante destacar o peso de nossas responsabilidades no qual fomos escolhidos por representar os cooperados frente à vigilância e a fiscalização de todas as operações que possam suscitar riscos ou afetar a movimentação patrimonial, financeira e econômica da cooperativa.

Sendo assim, pensando na sustentabilidade da nossa cooperativa e preocupados com os cenários econômico, fiscal e político do país, chamamos a atenção dos cooperados especialmente para aqueles assuntos relacionados à alta sinistralidade, demanda reprimida do período pós pandemia, chegada de novas tecnologias da saúde, ampliação de rol de procedimentos, judicialização na saúde e inflação do mercado de saúde suplementar.

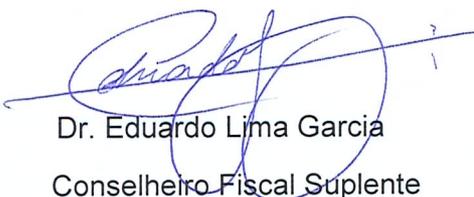
Portanto, considerando as análises efetuadas no decorrer do exercício e a conjuntura econômica, política e estrutural do país, este Conselho Fiscal recomenda ao Conselho de Administração da Cooperativa, que em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no decorrer do exercício de 2023, apresente aos cooperados estudo de viabilidade de Fundo de Oscilação e Riscos, assim como seu regimento de funcionamento, embasado em critérios de riscos, cálculo atuarial, financeiro e jurídico societário.

Este Conselho Fiscal, recomenda ainda que em Assembleia Geral Ordinária de 2022 a ser realizada em 28 de março de 2023, reserve-se um montante na ordem de R\$ 10.000 mil das sobras apuradas no exercício de 2022 da Unimed São José do Rio Preto – Cooperativa de Trabalho Médico para Constituição do Fundo supracitado.

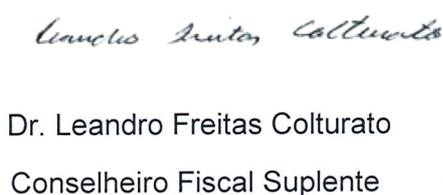
Por fim, solicita ao Conselho de Administração da Cooperativa, que a presente recomendação seja incluída como uma das propostas de destino das sobras para deliberação no item 3 da ordem do dia da AGO 2022:

“Deliberar sobre o destino das sobras do Exercício de 2022, deduzindo-se, no primeiro caso, os fundos obrigatórios (quórum – maioria simples dos presentes)”

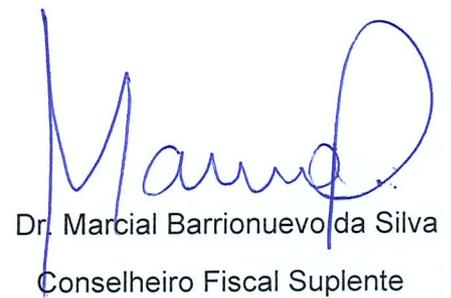
São José do Rio Preto - SP, 24 de março de 2023.



Dr. Eduardo Lima Garcia  
Conselheiro Fiscal Suplente



Dr. Leandro Freitas Colturato  
Conselheiro Fiscal Suplente



Dr. Marcial Barrionuevo da Silva  
Conselheiro Fiscal Suplente



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Cooperados da**  
**Unimed São José do Rio Preto Cooperativa de Trabalho Médico**  
*São José do Rio Preto – SP*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed São José do Rio Preto Cooperativa de Trabalho Médico (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed São José do Rio Preto Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as

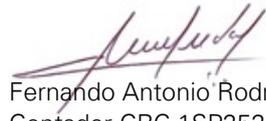
divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador CRC 1SP252419/O-0

**Parecer Atuarial****Aos****Administradores e Cooperados da Unimed São José do Rio Preto**

O presente documento tem como objetivo, apresentar o parecer atuarial sobre as provisões técnicas constituídas pela **UNIMED SAO JOSÉ DO RIO PRETO - COOP. DE TRABALHO MÉDICO**, registrada na ANS sob o nº **33.510-0**, baseando-se nas metodologias descritas nas Notas Técnicas Atuariais de Provisão – NTAP vigentes, comunicadas a ANS, considerando a data-base de **31 de dezembro de 2022**:

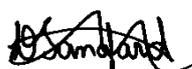
<b>Memória de cálculo PEONA - Metodologia atuarial (em dezembro/2022)</b>	
<b>Eventos indenizáveis (pré-estabelecido)</b>	
<b>jun/22</b>	R\$ 73.607.922,79
<b>jul/22</b>	R\$ 74.726.377,92
<b>ago/22</b>	R\$ 72.291.171,48
<b>set/22</b>	R\$ 67.193.625,12
<b>out/22</b>	R\$ 67.519.030,71
<b>nov/22</b>	R\$ 65.321.141,59
<b>Média do Último Período</b>	<b>R\$ 70.109.878,27</b>
<b>Fator PEONA</b>	<b>0,6503</b>
<b>PEONA Estimada</b>	<b>R\$ 45.592.453,84</b>

<b>Cálculo de Remissão (em dezembro/2022)</b>	
Beneficiários remidos	170
Remissão - Curto Prazo	R\$ 652.035,80
Remissão - Longo Prazo	R\$ 1.133.705,80
<b>Provisão para Remissão - Total</b>	<b>R\$ 1.785.741,60</b>

Os valores registrados no Balanço Patrimonial da operadora disponibilizado estão de acordo com os valores calculados atuarialmente para o exercício de 2022.

São Paulo, 22 de março de 2023.



Italoema Destro Sanglard Laurentys

Atuária MIBA 2.051

**Prospera Consultoria | Funcional Health Tech**

**UNIMED SÃO JOSÉ DO RIO PRETO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
**45.100.138/0001-09**  
**BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
**VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS**

ATIVO	Nota	2022	2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>476.139</b>	<b>402.920</b>
Disponível	5	4.924	121
Realizável		471.215	402.799
Aplicações Financeiras	6	339.037	296.745
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		133.180	110.065
Aplicações Livres		205.857	186.680
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7	78.318	65.196
Contraprestação Pecuniária / Prêmio a Receber		12.668	10.236
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		16.487	7.076
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		49.159	47.692
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		4	192
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Rel. com Pl. Saúde da Operadora	8	10.600	8.155
Despesas Diferidas	9	3.704	0
Créditos Tributários e Previdenciários	10	14.191	11.309
Bens e Títulos a Receber	11	23.202	18.378
Despesas Antecipadas	12	1.146	1.795
Conta-Corrente com Cooperados	13	1.017	1.221
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>98.096</b>	<b>100.238</b>
Realizável a Longo Prazo		21.690	24.020
Aplicações Financeiras	6	11.975	12.000
Aplicações Livres		11.975	12.000
Depósitos Judiciais e Fiscais	14.a	4.708	4.284
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo	14.b	5.007	7.736
Investimentos	15	9.673	9.174
Participações Societárias pelo Método de Custo		9.671	9.172
Outros Investimentos		2	2
Imobilizado	16	64.103	62.798
Imóveis de Uso Próprio		40.921	43.439
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		34.530	35.753
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		6.391	7.686
Imobilizado de Uso Próprio		10.248	11.973
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		6.912	7.191
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		3.336	4.782
Outras Imobilizações		8.043	7.386
Direito de Uso de Arrendamentos		4.891	0
Intangível	17	2.630	4.246
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>574.235</b>	<b>503.158</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

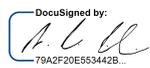
DocuSigned by:  
  
78A2F20E553442B  
**JOSE LUIS CRIVELLIN**  
PRESIDENTE  
CPF 044.754.528-05

DocuSigned by:  
  
251DBCD821A4D9  
**CLEITON JOSÉ SOARES**  
CONTADOR  
CRC - MG 105958/0-6

**UNIMED SÃO JOSÉ DO RIO PRETO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
**45.100.138/0001-09**  
**BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
**VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS**

PASSIVO	Nota	2022	2021
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>197.798</b>	<b>185.685</b>
<b>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>18</b>	<b>125.904</b>	<b>117.869</b>
Provisão para Remissão		652	634
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		1.483	1.411
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		78.177	76.013
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		45.592	39.811
<b>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>19</b>	<b>10.013</b>	<b>10.660</b>
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		1.399	1.396
Comercialização sobre Operações		446	0
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		8.168	9.264
<b>Débitos com Op. de Assist. à Saúde Não Rel. com Pl. Saúde da Operadora</b>	<b>20</b>	<b>9.608</b>	<b>4.943</b>
<b>Tributos e Encargos Sociais a Recolher</b>	<b>21</b>	<b>12.918</b>	<b>13.229</b>
<b>Débitos Diversos</b>	<b>22</b>	<b>38.542</b>	<b>38.334</b>
<b>Conta-Corrente de Cooperados</b>		<b>813</b>	<b>650</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>104.695</b>	<b>99.771</b>
<b>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>18</b>	<b>1.134</b>	<b>1.190</b>
<b>Provisões</b>	<b>23</b>	<b>95.864</b>	<b>94.116</b>
Provisões para Ações Judiciais		87.170	81.275
Provisões para Outras Contingencias		8.694	12.841
<b>Débitos Diversos</b>	<b>22</b>	<b>7.697</b>	<b>4.465</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>271.742</b>	<b>217.702</b>
<b>Capital Social / Patrimônio Social</b>	<b>24.a</b>	<b>76.220</b>	<b>58.989</b>
<b>Reservas</b>		<b>164.251</b>	<b>153.137</b>
Reservas de Reavaliação	24.b	2.386	2.402
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits	24.c	161.865	150.735
<b>Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado</b>		<b>31.271</b>	<b>5.576</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>574.235</b>	<b>503.158</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DocuSigned by:  
  
79A2F20E56342B...  
**JOSE LUIS CRIVELLIN**  
PRESIDENTE  
CPF 044.754.528-05

DocuSigned by:  
  
281DB8CB821A4D9...  
**CLEITON JOSE SOARES**  
CONTADOR  
CRC - MG 105958/O-6

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE (Demonstração de Sobras ou Perdas)	Nota	2022			2021 Reapresentado		
		Atos Cooperativos		Total	Atos Cooperativos		Total
		Principais	Atos Não Cooperativos		Principais	Atos Não Cooperativos	
		ingressos/dispêndios	receitas/despesas		ingressos/dispêndios	receitas/despesas	
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	26	948.954	0	948.954	737.684	0	737.684
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		966.473	0	966.473	750.293	0	750.293
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		966.435	0	966.435	750.884	0	750.884
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		38	0	38	(591)	0	(591)
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(17.519)	0	(17.519)	(12.609)	0	(12.609)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	27	(850.656)	0	(850.656)	(648.141)	0	(648.141)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(844.874)	0	(844.874)	(632.333)	0	(632.333)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(5.782)	0	(5.782)	(15.808)	0	(15.808)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>98.298</b>	<b>0</b>	<b>98.298</b>	<b>89.543</b>	<b>0</b>	<b>89.543</b>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde		841	0	841	646	0	646
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		87.245	4.967	92.212	58.602	8.131	66.733
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		77.808	455	78.263	58.003	2.790	60.793
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		8.485	0	8.485	0	0	0
Outras Receitas Operacionais		952	4.512	5.464	599	5.341	5.940
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(4.774)	(330)	(5.104)	(2.276)	(460)	(2.736)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		3.186	18	3.204	(12.919)	0	(12.919)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(2.781)	(15)	(2.796)	(13.835)	0	(13.835)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(2.983)	(17)	(3.000)	(3.798)	0	(3.798)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		8.950	50	9.000	4.714	0	4.714
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(79.869)	(4.514)	(84.383)	(49.087)	(8.367)	(57.454)
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>104.927</b>	<b>141</b>	<b>105.068</b>	<b>84.509</b>	<b>(696)</b>	<b>83.813</b>
Despesas de Comercialização		(6.973)	0	(6.973)	(8.140)	0	(8.140)
Despesas Administrativas	29	(89.220)	(543)	(89.763)	(82.271)	(22)	(82.293)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	30	<b>43.163</b>	<b>(16)</b>	<b>43.147</b>	<b>15.652</b>	<b>(51)</b>	<b>15.601</b>
Receitas Financeiras		50.937	0	50.937	18.670	0	18.670
Despesas Financeiras		(7.774)	(16)	(7.790)	(3.018)	(51)	(3.069)
<b>Resultado Patrimonial</b>		<b>(117)</b>	<b>1.317</b>	<b>1.200</b>	<b>146</b>	<b>1.051</b>	<b>1.197</b>
Receitas Patrimoniais		712	1.322	2.034	226	1.051	1.277
Despesas Patrimoniais		(829)	(5)	(834)	(80)		(80)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>51.780</b>	<b>899</b>	<b>52.679</b>	<b>9.896</b>	<b>282</b>	<b>10.178</b>
Imposto de Renda		(7.143)	(167)	(7.310)	(2.974)	(156)	(3.130)
Contribuição Social		(2.702)	(80)	(2.782)	(1.140)	(28)	(1.168)
Participações sobre o Lucro		(4.034)	(18)	(4.052)	(3.631)	0	(3.631)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>37.901</b>	<b>634</b>	<b>38.535</b>	<b>2.151</b>	<b>98</b>	<b>2.249</b>
Absorção Gastos c/ Assist. Tec., Educ. e Social pelo Fates		4.724		4.724	4.054		4.054
Reversão Reserva de Reavaliação		16		16	16		16
<b>DESTINAÇÃO DO RESULTADO:</b>							
Reserva Legal 20% do A.C.P.		(7.580)		(7.580)	(430)		(430)
Fates 10% do A.C.P.		(3.790)		(3.790)	(215)		(215)
Transferência Resultado ANC para o FATES			(634)	(634)		(98)	(98)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O</b>		<b>31.271</b>	<b>0</b>	<b>31.271</b>	<b>5.576</b>	<b>0</b>	<b>5.576</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

  
 JOSE LUIS CRIVELLIN  
 PRESIDENTE  
 CPF 044.754.528-05

  
 CLEITON JOSE SOARES  
 CONTADOR  
 CRC - MG 105958/O-6

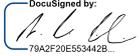
UNIMED SÃO JOSÉ DO RIO PRETO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO  
45.100.138/0001-09  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO DIRETO	2022	2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
(+) Recebimento de Planos Saúde	1.322.293	1.194.937
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	950.483	961.229
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	41.994	12.647
(+) Outros Recebimentos Operacionais	94.577	75.034
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(1.255.372)	(1.096.586)
(-) Pagamento de Comissões	(10.230)	(8.140)
(-) Pagamento de Pessoal	(53.146)	(50.113)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(2.707)	(2.675)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(16.556)	(15.298)
(-) Pagamento de Tributos	(49.839)	(41.711)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.128)	(1.158)
(-) Pagamento de Aluguel	(233)	(298)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(4.204)	(5.223)
(-) Aplicações Financeiras	(992.800)	(1.001.990)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(31.499)	(14.819)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>(8.367)</b>	<b>5.836</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Outros	208	106
(+) Recebimento de Dividendos	509	3
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	(2.006)	0
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(912)	(4.621)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	0	(535)
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(499)	(7)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>(2.700)</b>	<b>(5.054)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
(+) Integralização de Capital em dinheiro	17.273	15.989
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	300	5.000
(-) Pagamento de Devolução Capital	(26)	(301)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(1.727)	(21.471)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamento</b>	<b>15.820</b>	<b>(783)</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>4.753</b>	<b>(1)</b>
<b>CAIXA - Saldo Inicial (1)</b>	<b>171</b>	<b>122</b>
<b>CAIXA - Saldo Final (1)</b>	<b>4.924</b>	<b>121</b>
<b>Ativos Livres no Início do Período (2)</b>	<b>198.801</b>	<b>184.112</b>
<b>Ativos Livres no Final do Período (2)</b>	<b>222.756</b>	<b>198.801</b>
<b>Aumento / (Diminuição) nas Aplicações Financeiras - RECURSOS LIVRES</b>	<b>23.955</b>	<b>14.689</b>

(1) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

(2) Refere-se ao sald do grupo Disponível acrescido dos saldos de Aplicações Livres

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DocuSigned by:  
  
79A2F20E553442B  
**JOSE LUIS CRIVELLIN**  
PRESIDENTE  
CPF 044.754.528-05

DocuSigned by:  
  
251DBCDB821A4D9...  
**CLEITON JOSE SOARES**  
CONTADOR  
CRC - MG 105958/0-6

UNIMED SÃO JOSÉ DO RIO PRETO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO  
45.100.138/0001-09  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO /PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE SOBRAS/LUCROS				SOBRAS / PERDAS DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
	Capital Social	Fundo de Reserva	FATES	Reserva de Margem de Solvência	Reserva de Reavaliação		
<b>SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>43.301</b>	<b>57.355</b>	<b>15.533</b>	<b>81.158</b>	<b>2.418</b>	<b>29.265</b>	<b>229.030</b>
<b>Deliberação da AGO de 2020/2021</b>							
Destinação das Sobras do Exercício de 2020						(29.265)	(29.265)
<b>Aumento/Redução do Capital Social</b>							
Integralizações de Capital (Inclusão de Cooperados)	15.624						15.624
Integralizações de Capital (Integr Juros Líq. S/Capital)	365						365
Por Devolução do capital	(301)						(301)
<b>Reversões de Reservas</b>							
Reversões de Outras Reservas							0
Utilização/Reversão do FATES			(4.054)			4.054	0
<b>Reserva de Reavaliação:</b>							
Realização					(16)	16	0
<b>Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício</b>							
Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício 2021						2.249	2.249
<b>Destinações estatutárias exercício 2021</b>							
Fates Ato Não Cooperativo			98			(98)	0
Fates (10% sobras)			215			(215)	0
Fundo de Reserva (20% sobras)		430				(430)	0
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>58.989</b>	<b>57.785</b>	<b>11.792</b>	<b>81.158</b>	<b>2.402</b>	<b>5.576</b>	<b>217.702</b>
<b>Deliberação da AGO de 2021/2022</b>							
Destinação das Sobras do Exercício de 2021						(5.576)	(1.726)
<b>Aumento/Redução do Capital Social</b>							
Integralizações de Capital (Inclusão de Cooperados)	16.769						16.769
Integralizações de Capital (Integr Juros Líq. S/Capital) Exercício 2021	488						488
Por Devolução do capital	(26)						(26)
<b>Reversões de Reservas</b>							
Reversões de Outras Reservas							0
Utilização/Reversão do FATES			(4.724)			4.724	0
<b>Reserva de Reavaliação:</b>							
Realização					(16)	16	0
Baixa							0
<b>Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício</b>							
Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício 2022						38.535	38.535
<b>Destinações estatutárias Exercício 2022</b>							
Fates Ato Não Cooperativo			634			(634)	0
Fates (10% sobras)			3.790			(3.790)	0
Fundo de Reserva (20% sobras)		7.580				(7.580)	0
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>76.220</b>	<b>65.365</b>	<b>11.492</b>	<b>85.008</b>	<b>2.386</b>	<b>31.271</b>	<b>271.742</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DocuSigned by:  
  
JOSE LUIS CRIVELLIN  
PRESIDENTE  
CPF 044.754.528-05

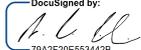
DocuSigned by:  
  
CLEITON JOSÉ SOARES  
CONTADOR  
CRC - MG 105958/0-6

**UNIMED SÃO JOSÉ DO RIO PRETO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
**45.100.138/0001-09**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
**VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS**

CONTAS	2022		2021	
	Ato Cooperativo	ão Cooperativ	TOTAL	TOTAL
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>37.901</b>	<b>634</b>	<b>38.535</b>	<b>2.249</b>
(+/-) <b>RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>4.740</b>	<b>0</b>	<b>4.740</b>	<b>4.070</b>
( + ) Reversão de Reservas (Utilização FATES)	4.724	0	4.724	4.054
( + ) Realização da Reserva de Reavaliação	16	0	16	16
<b>( = ) TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>42.641</b>	<b>634</b>	<b>43.275</b>	<b>6.319</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DocuSigned by:



**JOSE LUIS CRIVELLIN**  
**PRESIDENTE**  
**CPF 044.754.528-05**

DocuSigned by:



**CLEITON JOSE SOARES**  
**CONTADOR**  
**CRC - MG 105958/O-6**

## UNIMED SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-Cooperativa de Trabalho Médico

### CNPJ – 45.100.138/0001-09

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 01) CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIMED SÃO JOSÉ DO RIO PRETO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO (Cooperativa) é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social a congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País. A sociedade conta com 1.599 médicos associados, 2 Prontos Atendimentos, Laboratório, Serviço de Medicina Preventiva, SOS, Serviços de Quimioterapia, Atendimento Domiciliar, Serviços de Vacinação, Núcleo de Atendimento Multidisciplinar e cerca de 345 prestadores de serviços assistenciais credenciados (Hospitais, Clínicas e Laboratórios), além de participar da rede de atendimento do Sistema Unimed Nacional. Sua área de ação abrange os municípios de Adolfo, Altair, Aparecida D'oeste, Aspásia, Auriflora, Bady Bassitt, Bálsamo, Cedral, Dirce Reis, Dolcinópolis, Guapiaçu, Guaraci, Guzulândia, Ibira, Icém, Ipiguá, Jaci, Jales, José Bonifácio, Marinópolis, Mesópolis, Mirassol, Mirassolândia, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiuva, Palestina, Palmeira D'oeste, Paranapuã, Paulo de Faria, Planalto, Poloni, Pontalinda, Potirendaba, Santa Albertina, Santa Salete, São Francisco, Sebastianópolis do Sul, Tanabi, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Urânia e São José do Rio Preto, onde está localizada sua sede administrativa.

##### 1.1) COVID-19

A Cooperativa, mesmo diante da estabilidade e diminuição dos casos graves da COVID-19, especialmente através da vacinação da população, entende que ainda são necessários cuidados especiais. Sendo assim, a Cooperativa dispõe de rede assistencial própria e credenciada com capacidade suficiente para atender os pacientes com o vírus SARS-COV-2 ou Novo Coronavírus e quaisquer outras síndromes virais.

Sobre os cuidados requeridos pela pandemia, a Cooperativa segue as boas práticas recomendadas pelos órgãos competentes, zelando pela saúde de seus cooperados, beneficiários, clientes, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores, assegurando a continuidade dos serviços prestados.

#### 02) PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Cooperativa atua na comercialização de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas com tipo de plano individual/familiar e jurídicas com planos coletivos empresariais e coletivo por adesão, nas modalidades de Valor Determinado – Preço Pré-Estabelecido e por Serviços Realmente Prestados – Preço Pós-Estabelecido com planos coletivos, com contratos celebrados na modalidade de intercâmbio entre operadoras congêneres (autogestão) e intercâmbio entre cooperativas (Sistema Unimed) a serem atendidos pelos médicos cooperados e rede credenciada.

A Cooperativa opera em conformidade com as diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, políticas de comercialização e reajustes de preços dos planos de saúde, e de estabelecer normas financeiras e contábeis.

A Cooperativa possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob número 335100.

#### 03) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo, a Lei das Sociedades Cooperativas nº 5.764/71 e o plano de contas estabelecido pela RN nº 528 de 29 de abril de 2022 e RN nº 517 de 29 de abril de 2022. A Cooperativa também atendeu os quesitos da NBC T 10.21, na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2021, segundo o critério de comparabilidade estabelecido pelo CPC 26 (R1).

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN 528 de 29 de abril de 2022, com a reconciliação do Lucro Líquido com o Caixa Líquido obtido das atividades operacionais na nota explicativa nº 37, de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 03 (R2) e CFC NBC TG 03 (R3) – Resolução nº 1296/10.

Essas demonstrações contábeis estão expressas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Cooperativa, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Cooperativa de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis.

As operações da Cooperativa são continuadas. Portanto, não há operação descontinuada para ter a segregação na demonstração do resultado.

Em 2022, novas normas passaram a serem adotadas pela cooperativa, a primeira delas estabelece princípios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento mercantil – CPC 06 (R2). Apesar do CPC 06 (R2) estar vigente a partir de janeiro de 2019 a norma foi convalidada pela Agência Nacional de Saúde (ANS) apenas com início em 1º de janeiro de 2022 conforme RN 528/2022. Sendo assim, os arrendatários passam a ter que reconhecer o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, podendo ficar de fora da norma contratos de curto prazo ou de baixo valores. A cooperativa revisou seus contratos de arrendamento decorrente da nova regra contábil optando por utilizar as isenções de reconhecimento propostas pela norma para os contratos de arrendamento de curto prazo ou ativo de baixo valor. A Cooperativa possui arrendamentos de equipamentos de escritório, como impressoras, copiadoras, notebooks que são considerados de baixo valor e aplicou o modelo prospectivo simplificado da norma e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. O impacto da adoção inicial sobre as demonstrações contábeis em 1º de janeiro de 2022 foi:

Balço Patrimonial	Inclui Efeitos (CPC 06 (R2))	Efeitos CPC 06 (R2)	Sem Efeitos (CPC 06 (R2))
<b>Em 01 janeiro de 2022</b>			
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>	<b>402.920</b>	<b>0</b>	<b>402.920</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>105.423</b>	<b>5.185</b>	<b>100.238</b>
Direitos de Uso de Arrendamento	5.185	5.185	0
Outros Ativos Não Circulantes	100.238	0	100.238
<b>Total do Ativo</b>	<b>508.343</b>	<b>5.185</b>	<b>503.158</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>	<b>186.189</b>	<b>504</b>	<b>185.685</b>
Arrendamentos	504	504	0
Outros Passivos Circulantes	185.685	0	185.685
<b>Não Circulante</b>	<b>104.452</b>	<b>4.681</b>	<b>99.771</b>
Arrendamentos	4.681	4.681	0
Outros Passivos Não Circulantes	99.771	0	99.771
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>217.702</b>	<b>0</b>	<b>217.702</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>508.343</b>	<b>5.185</b>	<b>503.158</b>

A nota explicativa 16 está demonstrada a movimentação de saldo de direito de uso e na nota explicativa 22 está demonstrada a abertura e movimentação do passivo de arrendamento.

- (a) Premissas de aplicação: A cooperativa optou pela adoção da abordagem prospectiva como método de transição em 1º de janeiro de 2022, sendo assim, os períodos comparativos não estão sendo rerepresentados. O reconhecimento e adoção da norma afetaram de forma significativa os contratos de aluguéis de imóveis assistenciais. Para adoção do CPC 06, a cooperativa adotou as premissas seguintes:

- ✓ **Começo do prazo de arrendamento** – A Cooperativa definiu o início do prazo de arrendamento a data em que passou a exercer o direito de usar o imóvel. Sendo assim, determinou o início de vigência prevista nos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar os aspectos operacionais do imóvel como reformas e toda estrutura do ambiente para início das atividades. Para os contratos existentes na data de



transição (1º de janeiro de 2022), foi considerado como data de início do contrato a data de transição para aplicação da norma;

- ✓ **Prazo do arrendamento** – período de contratação do arrendamento mercantil do imóvel. A cooperativa utilizou o período de vigência previsto no contrato para determinar o prazo do arrendamento;
- ✓ **Contratos com prazos indeterminados, renovação automática com novo prazo indeterminado e renovação por período até 12 meses** – A cooperativa optou pela isenção de reconhecimento, considerando que tanto o arrendador quanto o arrendatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento;
- ✓ **Taxa de juros incremental** – A Cooperativa determinou a taxa de desconto utilizando a taxa de juros incremental que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e passivo em suas datas originais, já que, não há previsão de taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento;
- ✓ **Depreciação do ativo de direito de uso** – Os contratos de arrendamento da cooperativa não possuem cláusulas que permitam exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento, sendo assim, a vida útil desses ativos será o prazo contratual, adotando a alocação da depreciação de direito de uso de forma sistemática e linear. A Cooperativa ressalta que periodicamente reavaliará a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações contratuais e estratégicas.

Outra norma que vigora desde 01 de janeiro de 2022 trata-se do CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, convalidado pela ANS mediante Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022 e correlacionado a Norma Internacional de Contabilidade IFRS 15, onde a apropriação da receita correspondente à taxa de administração e diferença de tabela é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, sendo seus valores obtidos através dos custos incorridos para cumprimento dos contratos no qual a cooperativa espera-se que sejam recuperados e/ou reembolsado pelo contratante registrando em conta redutora do custo, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

A Cooperativa realizou as adaptações em seus sistemas operacionais com a finalidade de segregar os reembolsos do custo de atendimentos médicos hospitalares da taxa de administração e diferenças de tabela atendendo o novo formato de contabilização requerido a partir de 01 janeiro de 2022, sendo assim, os valores anteriormente contabilizados como “*Contraprestações Efetivas*” passaram a ser registrados como “*Eventos Indenizáveis*”.

Portanto, para fins de apresentação a Cooperativa reapresenta a Demonstração de Resultado conforme a aplicação retrospectiva da norma para fins de comparabilidade, demonstrado como segue:

Demonstrações de Resultado (Demonstração de Sobras e Perdas)	Valores reapresentados de 31/12/2021	Efeitos das mudanças da RN 528/2022	Valores anteriormente apresentados em 31/12/2021
Contraprestações Efetivas	737.684	(257.626)	995.310
Eventos Indenizáveis Líquidos	(648.141)	257.626	(905.767)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>89.543</b>	<b>0</b>	<b>89.543</b>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	646	0	646
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	66.733	0	66.733
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(2.736)	0	(2.736)
Outras Desp. Oper. com Plano de Assistência à Saúde	(12.919)	0	(12.919)
Outras Desp. Oper. Assist. Saúde Não Relac. c/ Planos de Saúde da Operadora	(57.454)	0	(57.454)
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>83.813</b>	<b>0</b>	<b>83.813</b>
Despesas de Comercialização	(8.140)	0	(8.140)
Despesas Administrativas	(82.293)	0	(82.293)
Resultado Financeiro Líquido	15.601	0	15.601
Resultado Patrimonial	1.197	0	1.197
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>10.178</b>	<b>0</b>	<b>10.178</b>
Imposto de Renda	(3.130)	0	(3.130)
Contribuição Social	(1.168)	0	(1.168)
Participações sobre o Lucro	(3.631)	0	(3.631)
<b>(=) RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>2.249</b>	<b>0</b>	<b>2.249</b>

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração - CAD em 7 de março de 2023.

#### 04) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Cooperativa nessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo quando indicado de outra forma:

#### a) Regime de Escrituração

A Cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganha ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

#### b) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Cooperativa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil:

**Notas 07 e 08** - Provisões para perdas sobre créditos

**Nota 18** - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde e testes de adequação de passivos;

**Nota 23** - Provisões judiciais

A Cooperativa revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano.

#### c) Segregação entre circulante e não circulante

A Cooperativa efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração de demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante, aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o término do exercício seguinte à respectiva data base.

Ativos de imposto de renda e contribuição social, diferidos, são classificados no Ativo não circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

#### d) Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

São representados por caixa, depósitos bancários sem vencimento e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Cooperativa para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### e) Aplicações e instrumentos financeiros

##### Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, quando a Cooperativa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, tendo em vista que estes ativos são destinados exclusivamente para capital de giro da operação, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são reconhecidos inicialmente pelo custo acrescidos dos rendimentos auferidos no resultado.

##### i) Determinação do valor justo

Quando disponível, a Cooperativa determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Cooperativa é efetuada da seguinte forma:



**i.a) Quotas em fundos de investimentos**

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

**i.b) Título privados (renda fixa)**

Certificados de Depósito Bancário (CDB), Letras Financeiras (LF) e Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B): O valor das aplicações em títulos de renda fixa foi obtido a partir dos valores divulgadas pelas instituições financeiras.

**i.c) Outras Aplicações**

Certificado de Operações Estruturadas (COE). O valor das aplicações em operações estruturadas foi obtido a partir dos valores divulgados pelas instituições financeiras.

A hierarquia do valor justo prioriza informações disponibilizadas em mercados ativos para instrumentos idênticos (dados observáveis) aquelas com baixo grau de transparência (dados não observáveis). Abaixo são detalhados os três níveis de hierarquia:

**Nível 1** - As informações são preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Entidade possa ter acesso na data da mensuração.

**Nível 2** - As informações excluem os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1 e abrangem informações substancialmente observáveis pelo prazo integral do ativo ou passivo: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; preços cotados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou informações corroboradas pelo mercado.

**Nível 3** - As informações não são observáveis para o ativo ou passivo, contudo correspondem aos melhores dados disponíveis pela Cooperativa na data de mensuração do valor justo, podendo incluir os próprios dados da Entidade.

**Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

**Empréstimos e recebíveis**

A Cooperativa não possui empréstimos. Os recebíveis são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Cooperativa compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos de operações com planos de assistência à saúde", "Créditos de operações assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora" e "Bens e Títulos a receber", que são contabilizados pelo custo amortizado, decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

**f) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde e Créditos de Oper. Assist. À Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora**

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento, sendo a contrapartida em: (i) conta de resultado de "contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-hospitalares" e (ii) conta de resultado "receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora" no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e às outras Operadoras de Planos Médico-hospitalares. A Cooperativa constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo o seguinte critério:

- a) nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato foi provisionada;
- b) para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- c) para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato foi provisionada;

**g) Despesas de Comercialização Diferidas**DS  
CSDS  
DS  
GFS

As Despesas de Comercialização Diferidas pagas aos seus agenciadores pela venda de planos de saúde sendo a apropriação ao resultado realizada no período de 12 meses, de acordo com a Resolução Normativa nº 528/2022.

#### h) Estoques

Avaliados pelo custo de aquisição compreendendo o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transportes, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

#### i) Conta Corrente com cooperados

Os valores de curto prazo referem-se a créditos com cooperados referente a adiantamentos relacionados a serviços de telefonia, auxílio funeral, seguro de vida e adiantamentos para destinação do IR referente ao Projeto UnIR intermediados pela cooperativa e que serão descontados de suas produções mensais futuras.

#### j) Investimentos

Representados por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, são demonstrados ao valor de aquisição e seus resultados contabilizados, de acordo com o princípio da competência conforme previsto pela ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

#### k) Ativo Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Cooperativa inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data do balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "receitas (despesas) patrimoniais" na demonstração do resultado. A Cooperativa não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

#### l) Direito de Uso de Arrendamento CPC 06 (R2)

No direito de uso de arrendamentos são reconhecidos os contratos por meio de estimativas do valor presente dos pagamentos dos passivos de arrendamentos conforme critérios requeridos pelo CPC 06 (R2).

DS  
CS

#### m) Ativo Intangível

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos, aplicativos e licenças de uso dos mesmos.

DS  
CS

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela cooperativa e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando o método linear ao longo da vida útil dos itens que o compõem. As amortizações foram calculadas pelo método linear a taxas que levam em conta a vida útil dos gastos, as quais estão demonstradas em nota explicativa específica.

DS  
GFS

#### n) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos internos e externos que possam indicar deterioração e/ou perda de seu valor recuperável, sendo constituída



provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável de acordo com as premissas do CPC 01 (R1).

A cooperativa realizou a avaliação nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e constatou que não há necessidade de constituir provisão para perda de valor recuperável.

#### **o) Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde**

As provisões técnicas são constituídas de acordo com notas técnicas atuariais e determinações contidas na Resolução Normativa – RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e RN nº 442 de 20 de dezembro de 2018.

**A provisão para remissão (provisão para benefícios a conceder)** é calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS e corresponde à garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde. Para estimativa do valor da provisão de remissão, consideram-se as informações sobre os beneficiários que na data base encontram-se remidos, levando em consideração a data de nascimento, data de início do benefício, período de benefício, idade limite do benefício, características do plano e ainda o perfil demográfico dos beneficiários remidos que é uma premissa de grande sensibilidade ao impacto do montante da provisão calculada. O início da Remissão se dá após o conhecimento do falecimento do titular do plano, deixando então os seus dependentes cobertos pelo benefício e seus custos assistenciais são estimados com base no histórico de utilizações por faixa etária e projetados/corrigidos pelo VCMH, por período determinado contratualmente. Assim, adquire-se o direito de continuar no plano de saúde suplementar do qual está vinculado sem efetuar o pagamento das respectivas mensalidades.

**A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)** é calculada a partir da estimativa final dos eventos já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

**A PEONA SUS é originada de atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS)** pelos beneficiários da Operadora, não é calculada com base em metodologia própria. A provisão é estimada conforme estabelecido no anexo VIII da RN 393/ 2015 da ANS, sendo o menor valor entre: 115% dos valores ressarcidos ao SUS nos últimos 24 meses e Fator Individual de PEONA SUS multiplicado pelo total dos eventos avisados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, referentes aos procedimentos realizados na rede assistencial do Sistema (SUS). A Cooperativa realizou os cálculos em 31 de dezembro de 2022 apurando que não há a necessidade de registro da provisão.

**A provisão para contraprestações não ganhas (PPCNG)** compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, conforme período de cobertura de risco “pró-rata” dia, relativamente ao período não iniciado. Os valores são constituídos no passivo e são apropriados ao resultado conforme vigência da cobertura de risco.

**A provisão de eventos a liquidar** refere-se as consultas e honorários médicos, exames, internações, terapias, atendimentos ambulatoriais e ressarcimento ao SUS que foram realizados e devidamente notificados à Cooperativa pelos cooperados, prestadores de serviços e Agência Nacional de Saúde Suplementar até a data do balanço.

**A provisão para insuficiência de contraprestação/prêmio (PIC)** é calculada conforme o constante no anexo VII da RN 442/2018, multiplicado pela soma dos valores das contraprestações pecuniárias de planos privados de assistência à saúde de preço preestabelecido nos últimos 12 meses. A Cooperativa realizou os cálculos em 31 de dezembro de 2022 apurando que não há a necessidade de registro da provisão.

**O Teste de Adequação de Passivo (TAP)** foi estabelecido pela ANS com vigência a partir de 1º de janeiro/2020 e tem como fundamento estabelecer através de métodos financeiros, estatísticos e atuariais mensuração a valor presente. Com estimativa nos fluxos de caixa futuros, com base nas receitas de contratos assumidos na operação de assistência à saúde serão suficientes para custear as despesas com os beneficiários do plano de saúde (pelo pagamento regular dos prestadores assistenciais).

Essa projeção deve estar de acordo com as regras e parâmetros definidos nos itens 9.1.4, 10.12.2 e 10.12.2.1 anexo Capítulo I – Normas Gerais da RN 528/2022 e alterações vigentes.

Na Unimed São José do Rio Preto Coop. Trab. Med Ltda., o Teste de Adequação do Passivo – TAP é realizado anualmente, sendo que essas estimativas e responsabilidade pelos cálculos são realizadas pelo atuário responsável, da Unimed São José do Rio Preto.

DS  
CS

DS  
CS

DS  
GFS

Conforme requerido pelo item 9.1.4 anexo Capítulo – Normas Gerais da RN 528/2022 o quadro a seguir apresenta o Teste de Adequação de Passivo – TAP, **de acordo com as regras e parâmetros definidos nesta norma**, incluindo todas as bases técnicas utilizadas e estimativas correntes de fluxo de caixa:

**Teste de Adequação do Passivo - TAP**

Agregação de contratos utilizada no teste	Ajuste na tábua biométrica (sim ou não)	Taxa de cancelamento de contratos valor em percentual	Variação da Despesa Assistencial estimada para o primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Reajuste máximo estimado para os planos individuais no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Reajuste médio por variação de custo estimado para os planos coletivos no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Utilização das faixas etárias da RN 63/2003 para estimação das despesas assistenciais (sim ou não)	Método de interpolação da ETTJ utilizado	Estimativa corrente de fluxo de caixa na data-base (valor em milhares de R\$)
Carteira individual	Não	0,83%	13,91%	15,50%		Não	Nenhum	35.516
Coletivo por adesão	Não	1,34%	13,91%	0,00%	0,00%	Não	Nenhum	(13.858)
Coletivo empresarial	Não	1,57%	13,91%	0,00%	0,00%	Não	Nenhum	544
Corresp. Assum. em Pré-Pagamento	Não	0,00%	13,91%	0,00%	0,00%	Não	Nenhum	0

Embora as estimativas de fluxo de caixa projetados se apresentem negativos para os contratos “Coletivos por Adesão”, em 2022 não foi constatado insuficiência de passivo na totalidade da carteira de contratos geridos pela operadora.

**p) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos e atos cooperativos auxiliares, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que excede a R\$ 240 ao ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos e atos cooperativos auxiliares, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas citadas anteriormente e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

#### q) Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra no curso do exercício social subsequente. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### r) Ativos e Passivos Contingentes

**Ativos Contingentes:** Os ativos contingentes não são contabilizados, sendo os ativos com êxitos prováveis apenas divulgados em nota explicativa. Ativos são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado;

**Passivos Contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais. Os passivos contingentes onde são prováveis as saídas de recursos para liquidar uma obrigação, são provisionados, já os passivos contingentes avaliados como possível onde não há probabilidade de saída de recursos para liquidar uma obrigação são divulgados e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;

**Depósitos Judiciais:** os depósitos judiciais são reconhecidos inicialmente pelo valor depositado e atualizados monetariamente.

**Obrigações Legais:** são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

#### s) Apuração de Resultado e Reconhecimento de Receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de Imposto de Renda e Contribuição Social.

As Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita correspondente a taxa de administração e diferença de tabela é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita a partir dos custos incorridos que se esperam que sejam recuperados, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

#### t) Reconhecimento dos Eventos Indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, líquidos da recuperação por coparticipação e valores reembolsados pelo contratante e outras recuperações. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na totalidade à Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

#### u) Normas emitidas e não adotadas

As normas que estão descritas a seguir, somente serão adotadas pela Cooperativa quando forem referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, o que não ocorreu até o fechamento destas demonstrações contábeis.

#### IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

Introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos

DS  
CSDS  
CSDS  
GFS

requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39 (CPC 38).

O CPC 48 será aplicável a partir do exercício de 2023 conforme publicação da RN 528 de 2022 pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

### IFRS 17 – Contrato de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais como início em ou após 1º de janeiro de 2023. A norma será aplicável à Cooperativa apenas quando referendada pela ANS.

### 05) DISPONÍVEL (CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA)

A composição das disponibilidades demonstradas a seguir se refere aos montantes conhecido de caixa para atender a compromissos de curto prazo e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor:

<b>DISPONÍVEL</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<i>Caixa</i>	0	3
<i>Numerários em Trânsito</i>	0	4
<i>Banco Conta Depósitos</i>	1.080	114
<i>Aplicações Liquidez Imediata</i>	3.844	0
<b>TOTAL</b>	<b>4.924</b>	<b>121</b>

### 06) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras encontram-se classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo, portanto, apresentadas a valor justo com os ganhos reconhecidos no resultado. Os referidos títulos são, em sua totalidade emitidos por instituições financeiras de primeira linha, o que reduz significativamente o risco de realização.

A Cooperativa dividiu o valor de suas aplicações entre as principais instituições financeiras do mercado:

DS  
CS

DS  


DS  
GFS



a) Resumo

	Níveis	Vencimentos				Ativos				Total			
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor Contábil	Valor custo atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	31/12/2022	%	31/12/2021	%
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		<b>20.768</b>	<b>22.514</b>	<b>0</b>	<b>308.554</b>	<b>351.012</b>	<b>351.836</b>	<b>351.012</b>	<b>0</b>	<b>351.836</b>	<b>100,2%</b>	<b>308.745</b>	<b>100,0%</b>
Quotas de Fundos de Renda Fixa <sup>1</sup>	2	0	0	0	133.180	133.180	133.180	133.180	0	133.180	37,9%	110.065	35,6%
Quotas de Fundos de Renda Fixa <sup>2</sup>	2	0	0	0	175.374	175.374	175.374	175.374	0	175.374	50,0%	30.928	10,0%
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2	20.768	9.715	0	0	30.483	30.483	30.483	0	30.483	8,7%	141.091	45,7%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	14.661	4,7%
Título Público do Tesouro Direto (NTN-B)	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
Certificado de Operações Estruturadas - COE <sup>3</sup>	2	0	12.799	0	0	11.975	12.799	11.975	824	11.975	3,4%	12.000	3,9%
<b>Total</b>		<b>20.768</b>	<b>22.514</b>	<b>0</b>	<b>308.554</b>	<b>351.012</b>	<b>351.836</b>	<b>351.012</b>	<b>824</b>	<b>351.012</b>	<b>100%</b>	<b>308.745</b>	<b>100%</b>

(<sup>1</sup>) – São quotas em Fundos de Investimentos de Renda Fixa utilizadas como Ativo Garantidor de Provisões Técnicas (nível hierárquico 2).

(<sup>2</sup>) São quotas em Fundos de Investimentos, Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Letras Financeiras de Renda Fixa utilizadas como aplicações livres que seguem a política de investimentos adota pela cooperativa.

(<sup>3</sup>) São aplicações financeiras em Certificado de Operações Estruturadas (COE) utilizadas como aplicações livres que seguem a política de investimentos adota pela cooperativa.

DS  
CS

DS  


DS  
GFS

**b) Taxa de Juros Contratada**

Títulos	Classe	Remuneração Média Mensal	31/12/2022
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			<b>351.012</b>
Quotas de Fundos de Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa	110,0% do CDI	133.180
Quotas de Fundos de Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa	104,2% do CDI	175.374
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Títulos Privados de Renda Fixa	104,4% do CDI	9.727
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Títulos Privados de Renda Fixa	IPCA + 5,9%	20.756
Certificado de Operações Estruturadas - COE	Outras Aplicações	-	11.975
<b>Total</b>			<b>351.012</b>

**c) Movimentação das Aplicações Financeiras**

	2022	2021
<b>Saldo Inicial</b>	<b>308.745</b>	<b>267.983</b>
Aplicações	950.756	989.344
Resgate	(950.483)	(961.229)
Receita Financeira	41.994	12.647
<b>Saldo Final</b>	<b>351.012</b>	<b>308.745</b>

**07) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE**

A composição dos "Créditos de Operações de Assistência à Saúde" está representada pelas contas demonstradas a seguir:

CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE	2022	2021
Contraprestações Pecuniárias a Receber	28.133	25.243
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos	(15.465)	(15.007)
<b>Total de Contraprestação Pecuniária (a)</b>	<b>12.668</b>	<b>10.236</b>
Operadoras de planos de saúde	54.903	55.756
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos	(5.745)	(8.063)
<b>Total de Operadoras de Planos de Saúde (b)</b>	<b>49.158</b>	<b>47.693</b>
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis (c)	18.070	8.520
Outros Créditos de Oper com Planos de Assistência à Saúde (d)	131	361
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos	(1.709)	(1.614)
<b>Total de Outros Créditos de Oper c/Planos de Assist à Saúde</b>	<b>16.492</b>	<b>7.267</b>
<b>TOTAL DE CRÉDITOS À RECEBER</b>	<b>78.318</b>	<b>65.196</b>

(a) - refere-se a valores a receber referentes a créditos com planos de saúde da operadora;

(b) - refere-se a valores a receber referentes a créditos com Outras Operadoras referentes as operações de plano de saúde;

(c) - refere-se a valores coparticipação cobrado de clientes;

(d) - refere-se a valores de outros créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde, inscrição, cartão magnético e multas por cancelamento de contrato.

A composição das contas, por idade de vencimento desconsiderando a provisão para perda sobre crédito são:

DS  
CS

DS  
CS

DS  
GFS



DESCRIÇÃO	CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE					
	CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS A RECEBER		OPERADORAS PLANOS DE SAÚDE		OUTROS CRÉDITOS OPERAÇÕES ASSIST. MÉDICO-HOSPITALAR	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>A vencer:</b>						
até 30 dias	3.441	1.605	16.410	21.030	211	928
de 31 a 60 dias	2.600	3.364	32.104	28.687	15.167	5893
de 61 a 90 dias	139	0	107	0	188	0
a mais de 90 dias	419	0	312	0	375	0
<b>Total a vencer</b>	<b>6.599</b>	<b>4.969</b>	<b>48.933</b>	<b>49.717</b>	<b>15.941</b>	<b>6.821</b>
<b>vencidas:</b>						
até 30 dias	5.177	4.393	1.398	1.006	455	346
de 31 a 60 dias	1.853	1.990	843	320	154	168
de 61 a 90 dias	782	733	224	440	89	68
Acima de 90 dias	13.722	13.158	3.505	4.273	1562	1478
<b>Total vencidas</b>	<b>21.534</b>	<b>20.274</b>	<b>5.970</b>	<b>6.039</b>	<b>2.260</b>	<b>2060</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28.133</b>	<b>25.243</b>	<b>54.903</b>	<b>55.756</b>	<b>18.201</b>	<b>8.881</b>

#### 08) CRÉDITOS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

A composição dos "Créditos Operacionais de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora" está representada pelas contas demonstradas a seguir:

CRÉDITOS OPERACIONAIS NÃO RELACIONADOS COM PLANOS	2022	2021
Contas à Receber (a)	1.207	615
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos	(417)	(440)
Intercâmbio A Receber De Prestação De Serviço Médico (b)	12.554	10.669
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos	(2.744)	(2.689)
<b>TOTAL DE CRÉDITOS OPERACIONAIS NÃO RELACIONADOS COM PLANOS</b>	<b>10.600</b>	<b>8.155</b>

(a) O saldo das Contas à Receber refere-se a valores a receber referente a Serviços e Cobertura Adicionais (SCA);

(b) O saldo da conta "Intercâmbio A Receber De Prestação De Serviço Médico" refere-se a valores a receber referente a créditos com Outras Operadoras (Intercâmbio eventual a receber), referente a prestação de serviços de assistência à saúde.

A composição das contas "Créditos Operacionais De Assistência À Saúde Não Relacionados Com Planos De Saúde Da Operadora", por idade de vencimento é:

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS OPER. NÃO RELACIONADOS COM PLANO	
	2022	2021
<b>A vencer:</b>		
até 30 dias	4.648	3.653
de 31 a 60 dias	5.558	4.355
<b>Total a vencer</b>	<b>10.206</b>	<b>8.008</b>
<b>vencidas:</b>		
até 30 dias	361	154
de 31 a 60 dias	49	63
de 61 a 90 dias	16	26
Acima de 90 dias	3.129	3.033
<b>Total vencidas</b>	<b>3.555</b>	<b>3.276</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13.761</b>	<b>11.284</b>

#### 09) DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

Em 2022 a Cooperativa passou a diferir suas despesas com comercialização pagas aos seus agenciadores pela venda de planos de saúde de acordo com a RN ANS nº 528/2022, em dezembro de 2022 o montante a ser diferido corresponde à R\$ 3.704.

#### 10) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos conforme tabela abaixo:

<b>CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Imposto de Renda (a)	8.119	5.514
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	1.167	923
Crédito de Previdência Social (c)	108	1.624
Crédito de Pis e Cofins (d)	2.461	3.060
Imposto sobre Serviços-ISS (e)	2.289	141
Outros Créditos Tributários e Previdenciários (f)	47	47
<b>TOTAL DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>14.191</b>	<b>11.309</b>

(a) Imposto de Renda retido e provisionado sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras e Imposto de Renda retido sobre Faturas;

(b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido à Compensar;

(c) Créditos de Previdência Social a compensar;

(d) Crédito de PIS e COFINS retidos sobre Faturas de Órgãos Públicos; e

(e) Crédito de ISS a restituir Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto referente recolhimento a maior;

(f) Crédito de FGTS a recuperar referente recolhimento a maior.

### 11) BENS E TÍTULOS À RECEBER

<b>BENS E TÍTULOS À RECEBER</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Estoques (a)	12.159	7.920
Cheques e Ordens a Receber	205	205
(-) PPSC Cheques e Ordens à Receber	(205)	(205)
Adiantamentos (b)	3.425	2.770
Cédula de Crédito Bancário Banco PINE (c)	1.745	3.086
Outros Valores e Bens (c) e (d)	6.472	4.752
(-) PPSC Outros Créditos à Receber	(599)	(150)
<b>TOTAL DE BENS E TÍTULOS À RECEBER</b>	<b>23.202</b>	<b>18.378</b>

(a) - Estoques nas unidades: Serviços Próprios e Almojarifado Administrativo;

(b) - Adiantamentos: Provisões de Férias, Adiantamentos à Fornecedores, Adiantamentos Produção Médica;

(c) - Registra os valores referentes a Cédula Crédito Bancário - CCB contratado junto ao Banco Pine para manutenção, movimentação e a administração de uma conta vinculada ("scrow account"), que receberá todos os valores de direito da IBBCA 2008 Gestão de Saúde Ltda., referente a mensalidade de todos os contratos de planos de saúde que se encontra vinculada com a Unimed São José do Rio Preto, a qual funcionará como conta centralizadora para os pagamentos da contraprestação devida

(d) - Outros Valores e Bens: Cartões de Créditos e Diversos à Receber.

### 12) DESPESAS ANTECIPADAS

Registra os gastos administrativos pagos antecipadamente.

<b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Assinaturas e Revistas	0	14
Seguros Predial e Veículos	11	9
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	0	1
Reforma/Aluguel	279	411
Sistemas de Informática (a)	632	1.149
Seguro Garantia (b)	224	211
<b>TOTAL DE DESPESAS ANTECIPADAS</b>	<b>1.146</b>	<b>1.795</b>

a) Registra os valores de aquisição de Suporte Técnico e Cloud Services do Sistema Oracle e será apropriado ao resultado de acordo com a vigência do contrato.

b) Registra os valores a curto prazo referente ao Seguro Garantia Judicial para Execução Fiscal conforme esclarecido na letra "a4" da nota explicativa nº 23.

### 13) CONTA CORRENTE COM COOPERADOS

Neste grupo de contas estão registrados principalmente: Créditos à Receber de Cooperados provenientes de Contas Celulares, Saldo Devedor de Produção Médica, Seguro Saúde e diversos.

DS  
CS

DS  
CS

DS  
GFS

<b>CONTA CORRENTE COM COOPERADOS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Conta-Corrente Com Cooperados	1.017	1.221
<b>TOTAL DE CONTA CORRENTE COM COOPERADOS</b>	<b>1.017</b>	<b>1.221</b>

#### 14) ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

##### a) Depósitos Judiciais e Fiscais

<b>DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Depósitos Judiciais INSS- Terceiros/Ações	122	179
Depósito Judicial 5ª Vara-CRF	208	125
Bloqueio Judicial	1755	358
Depósitos Judiciais-ANS	1.553	2.946
Depósitos Judiciais Cíveis	1.070	594
Depósito Judicial-CRF	0	82
<b>TOTAL DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS</b>	<b>4.708</b>	<b>4.284</b>

Os depósitos judiciais referem-se as ações impetradas pela Cooperativa, relativas as questões cíveis e trabalhistas.

##### b) Outros Créditos a Receber-LP

<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER-LP</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Cédula de Crédito Bancário Banco PINE (a)	2.136	4.466
Seguro Garantia (b)	196	395
Taxa de Saúde Suplementar – TSS (c)	2.475	2.475
Acordo Comercial	200	400
<b>TOTAL OUTROS CREDITOS A RECEBER-LP</b>	<b>5.007</b>	<b>7.736</b>

- (a) Registra os valores referentes a Cédula Crédito Bancário – CCB contratado junto ao Banco Pine para manutenção, movimentação e a administração de uma conta vinculada (“scrow account”), que receberá todos os valores de direito da IBBCA 2008 Gestão de Saúde Ltda., referente a mensalidade de todos os contratos de planos de saúde que se encontra vinculada com a Unimed São José do Rio Preto, a qual funcionará como conta centralizadora para os pagamentos da contraprestação devida;
- (b) Registra os valores a longo prazo referente ao Seguro Garantia Judicial para Execução Fiscal conforme esclarecido na letra “a4” da nota explicativa nº 23;
- (c) Registra os valores cobrados indevidamente referente a Taxa de Saúde Suplementar com trânsito em julgado e despacho de precatório;
- (d) Registra os valores a receber previsto no contrato Bradesco conforme detalhado na nota explicativa 22.a).

#### 15) INVESTIMENTOS

A Unimed possui as seguintes participações societárias: Investimentos avaliados pelo custo de aquisição;

##### a) Composição do Saldo

<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Central Nacional Unimed	1.792	1.792
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	7.358	6.914
Unimed Oeste Paulista-Federação	263	239
Sicredi	240	214
Unimed Participações S/C Ltda	18	13
Marcas e Patentes	1	1
Ações	1	1
<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS</b>	<b>9.673</b>	<b>9.174</b>

##### b) Movimentação

DS  
CS

DS  
CS

DS  
GFS



**CONTAS CONTÁBEIS**

	2021	2022	
	Residual	Aplicações (*)	Residual
Central Nacional Unimed	1.792	0	1.792
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	6.914	444	7.358
Unimed Oeste Paulista-Federação	239	24	263
Sicredi	214	26	240
Unimed Participações S/C Ltda	13	5	18
Marcas e Patentes	1	0	1
Ações	1	0	1
<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS</b>	<b>9.174</b>	<b>499</b>	<b>9.673</b>

(\*) As aplicações se referem à distribuição de dividendos e juros sobre o capital integralizados a cota capital.

**16) IMOBILIZADO**

**a) Composição do Saldo**

CONTAS CONTÁBEIS	2022			2021
	Taxa Média Deprec.	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Residual
Terrenos (a)		4.068	0	4.068
Terrenos (b)		2.067	0	2.067
Edifícios (a)	4,00%	49.737	(15.269)	34.468
Edifícios (b)	4,00%	697	(379)	318
Instalações (a)	6,67%	851	(471)	380
Máquinas e Equip. (a)	11,11%	8.675	(4.116)	4.559
Informática (a)	16,67%	9.107	(6.051)	3.056
Móveis e Utensílios (a)	10,00%	5.122	(2.869)	2.253
Veículos (a)	20,00%	357	(356)	1
Outras Imobilizações (a)	5,8% a 12,05%	10.942	(2.900)	8.042
Direito de Uso de Arrendamentos (b.1)	13,20%	5.612	(721)	4.891
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>97.235</b>	<b>(33.132)</b>	<b>64.103</b>

(a) - Contas que foram avaliadas pelo método de custo de aquisição;

(b) - Refere-se a terrenos e edificações que foram avaliados aplicando-se o método de reavaliação espontânea de bens a preço de mercado permitida até 31 de dezembro de 2007 mantidos até sua efetiva realização conforme Lei 11.638 de 2007.

**b) Movimentação**

CONTAS CONTÁBEIS	2021	2022				
	Residual	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	Residual
Terrenos	4.068	0	0	0	0	4.068
Terrenos (a)	2.067	0	0	0	0	2.067
Edifícios	36.970	51	0	(1.959)	(594)	34.468
Edifícios (b)	334	0	0	(16)	0	318
Instalações	397	72	(39)	(49)	(1)	380
Máquinas e Equip.	5.137	493	(237)	(853)	19	4.559
Informática	3.421	687	(74)	(961)	(17)	3.056
Móveis e Utensílios	2.957	437	(503)	(634)	(4)	2.253
Veículos	61	0	(42)	(18)	0	1
Outras Imobilizações	7.386	1.178	0	(1.118)	596	8.042
Direito de Uso de Arrendamentos (b.1)	0	5.612	0	(721)	0	4.891
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>62.798</b>	<b>8.530</b>	<b>(895)</b>	<b>(6.329)</b>	<b>(1)</b>	<b>64.103</b>

**b.1) Direito de Uso de Arrendamento**



<u>Direito de Uso de Arrendamento</u>	<u>Direito de uso</u>
<b>Custo</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>0</b>
Efeito da adoção inicial CPC 06	5.185
Efeito alteração contratual	427
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.612</b>
<b>Depreciação</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>0</b>
Depreciação no exercício de 2022	(721)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(721)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.891</b>

### c) Recuperabilidade dos ativos

Conforme pronunciamento técnico 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis a operadora efetua anualmente análise da possibilidade de desvalorização do ativo imobilizado com uma estimativa dos valores recuperáveis de seu ativo imobilizado, levando-se em consideração a metodologia do valor em uso.

A Cooperativa realizou a análise e avaliação em 31 de dezembro de 2022 concluindo que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

## 17) INTANGÍVEL

### a) Composição do Saldo

DESCRIÇÃO	Taxa	2022			2021	
		Anual Amort.	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Software	20,00%	14.242	(10.808)	3.434	4.246	
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL</b>		<b>14.242</b>	<b>(10.808)</b>	<b>3.434</b>	<b>4.246</b>	

### b) Movimentação

2021	2022				
	Residual	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferência
4.246	0	0	(1.616)	0	2.630
<b>4.246</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(1.616)</b>	<b>0</b>	<b>2.630</b>

## 18) PROVISÕES TÉCNICAS

### Composição

<b>PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	2022	2021
Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha (a)	0	0
Provisão de Remissão (b)	1.786	1.824
Provisão de Eventos à Liquidar para o SUS (c)	1.483	1.411
Provisão de Eventos à Liquidar (d)	78.177	76.013
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados-PEONA (e)	45.592	39.811
<b>Total das Provisões Técnicas</b>	<b>127.038</b>	<b>119.059</b>
Curto Prazo	125.904	117.869
Longo Prazo	1.134	1.190
<b>TOTAL DAS PROVISÕES TÉCNICAS</b>	<b>127.038</b>	<b>119.059</b>

### (a) - Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha

A Operadora registrou a receita conforme período de vigência contratual, no qual o período de cobertura inicia ao primeiro dia cada mês, reconhecendo mensalmente na conta passivo "Provisão de Prêmios e contraprestações Não Ganhas" (PPCNG).

### (b) - Provisão de Remissão

DS  
CS

DS  
CS

DS  
GFS

Obedecendo a critérios e cálculo definido em nota atuarial aprovada pela ANS-Agência Nacional de Saúde Suplementar, foi constituído a provisão de remissão para garantir cobertura de riscos contratuais em favor de beneficiários, após o falecimento do titular de planos de assistência à saúde, totalizando o montante de R\$ 1.786, sendo R\$ 652 a curto prazo e R\$ 1.134 a longo prazo em 2022 e o montante de R\$ 1.824, sendo R\$ 634 a curto prazo e R\$ 1.190 a longo a prazo em 31/12/2021, sendo o montante provisionado lastreado por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

Este tipo de Provisão refere-se a contratos do passado, não mais sendo comercializados com este benefício.

#### (c) - Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS

Refere-se à provisão do valor cobrado pela ANS, com ação de questionamento, referente ao ressarcimento ao SUS, sendo o valor contabilizado pelo valor cobrado no momento do recebimento da conta médica e ajustado mensalmente pelo valor informado no site da ANS. O valor informado no site da ANS estabelece as seguintes informações:

<b>PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR PARA O SUS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<i>Débitos Pendentes (a)</i>	1.394	1.322
<i>ABIS X percentual histórico (b)</i>	89	89
<b>TOTAL DA PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR PARA O SUS</b>	<b>1.483</b>	<b>1.411</b>

(a) Débitos pendentes: retrata o valor total cobrado e não pago pela operadora de plano de saúde, atualizado com multa e juros até a data de referência, bem como o saldo devedor atualizado de parcelamentos cancelados por inadimplência, valores não pagos de parcelamentos ainda não deferidos e valores não pagos inscritos em dívida ativa.

(b) ABIS x percentual histórico: informa o valor total dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) notificados à operadora de planos de saúde e ainda não cobrados pela ANS, multiplicado pelo percentual histórico de cobrança (%hc), que é calculado a partir do total dos valores cobrados sobre o total dos valores notificados, com base nos ABI emitidos até 120 dias anteriores ao mês de referência.

#### (d) - Provisão de Eventos a Liquidar

Provisão para garantia de eventos já ocorridos e avisados à cooperativa, registrados contabilmente e ainda não pagos.

O registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Conforme critérios estabelecidos na RN 521/2022 a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas.

<b>PROVISÃO DE EVENTOS À LIQUIDAR</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<i>Prestadores - Médicos Cooperados</i>	21.480	20.102
<i>Rede Contratada/Credenciada</i>	53.571	49.912
<i>Intercâmbio à Pagar</i>	3.098	5.989
<i>Reembolso</i>	28	10
<b>TOTAL DE PROVISÃO DE EVENTOS À LIQUIDAR</b>	<b>78.177</b>	<b>76.013</b>

DS  
CS

DS  


DS  
GFS

#### (e) - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentado pela RN 393/2015 da ANS e alterações vigentes, representa os eventos ocorridos, porém não avisados a operadora, cujo valor é baseado em cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS.

A cooperativa efetuou até 31 de dezembro de 2022 o cálculo da provisão de eventos ocorridos e não avisados, por meio de metodologia própria, realizada pelo atuário e aprovada na ANS, que representa o montante de R\$ 45.592, apurado por cálculo atuarial.

Em 31 de dezembro de 2022 apresenta o registro contábil desta provisão em R\$ 45.592 ou seja 100% da Provisão exigida, que está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.



Adicionalmente as operadoras de planos de saúde estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 526/2022, RN 521/2022, RN 393/2015 e alterações vigentes.

**(f) Ativos Garantidores**

Regulamentado pela RN 521/2022 da ANS corresponde ao montante exigido para vinculação e lastro financeiro das provisões técnicas.

Em 31 de dezembro de 2022 a cooperativa atingiu a suficiência desse requisito conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

**Necessidade de ativos garantidores em 31/12/2022**

(+) PEONA exigida conforme TRA			45.592
(+) PESL total de acordo com o DIOPS/ANS			79.660
(+) Demais Provisões (exceto PPCNG)			1.786
(-) Corresponsabilidade pela gestão de riscos (RN nº 521, art. 2º, VI)			(15.685)
(-) RN 375 - Provisão x % de adimplência SUS	Provisão (%hc x ABI)	(89)	0
	% Adimplência SUS	0%	
(-) Parcelamento de débitos relativos ao Ressarcimento ao SUS			0
(-) Ressarcimento ao SUS Vencido há mais de 5 anos			(1.394)
(-) Depósitos Judiciais de Eventos (PPA/PESL e DIOPS/ANS)			0
<b>(=) Total de ativos garantidores totais (lastro) exigidos</b>			<b>109.959</b>
<b>Imóvel assistencial vinculado</b>			<b>0</b>
<b>Ativos Garantidores Totais (Lastro) - Posição de 31/12/2022</b>			<b>133.180</b>
<b>Total de ativos garantidores - lastro - constituídos</b>			<b>133.180</b>
<b>Suficiência</b>			<b>23.221</b>
<b>Percentual de Suficiência</b>			<b>21,1%</b>

**Necessidade de ativos vinculados em 31/12/2022**

(+) PEONA exigida conforme TRA			45.592
(+) PESL a vincular (a mais de 30 dias), conforme DIOPS/ANS e PPA/PESL			26.740
(+) Demais Provisões (exceto PPCNG)			1.786
(-) Corresponsabilidade pela gestão de riscos (RN nº 521, art. 2º, VI)			(4.813)
(-) RN 375 - Provisão x % de adimplência SUS	Provisão (%hc x ABI)	(89)	0
	% Adimplência SUS	0%	
(-) Parcelamento de débitos relativos ao Ressarcimento ao SUS			0
(-) Ressarcimento ao SUS Vencido há mais de 5 anos			(1.394)
(-) Depósitos Judiciais de Eventos (PPA/PESL e DIOPS/ANS)			0
<b>(=) Total de ativos garantidores vinculados exigidos</b>			<b>67.911</b>
<b>Imóvel assistencial vinculado</b>			<b>0</b>
<b>Ativos financeiros vinculados (Fundo dedicado) - Posição de 31/12/2022</b>			<b>133.180</b>
<b>(=) Total de ativos garantidores vinculados constituídos</b>			<b>133.180</b>
<b>Suficiência</b>			<b>65.269</b>
<b>Percentual de Suficiência</b>			<b>96,1%</b>

**19) DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE**

Os valores registrados nesta rubrica correspondem ao valor das Contraprestações Pecuniárias Recebidas em Antecipação à Cobertura do Risco e Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Cedida.

<b>DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Receita Antecipada de Contraprestações	1.398	1.396
Comercialização Sobre Operações	446	0
Intercâmbio à Pagar de Corresponsabilidade Cedida	8.169	9.264
<b>TOTAL DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE</b>	<b>10.013</b>	<b>10.660</b>

**20) DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

Os débitos operacionais de assistência à saúde, não relacionados com planos de saúde da operadora, são valores a pagar à rede de prestadores de serviços de assistência à saúde, (médicos cooperados e rede credenciada), relativos a atendimentos prestados a clientes não relacionados com planos de saúde da própria operadora, inclusive intercâmbio eventual.

<b>DÉBITOS COM OPER ASSIST SAUDE NÃO RELAC COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<i>Intercambio Eventual</i>	9.573	4.251
<i>Outros Débitos Não Relac com Planos de Saúde da Operadora</i>	35	692
<b>TOTAL DE DÉBITOS COM OPER ASSIST SAUDE NÃO RELAC COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA</b>	<b>9.608</b>	<b>4.943</b>

## 21) TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS À RECOLHER

O saldo de Tributos e Encargos Sociais à Recolher está assim composto:

<b>TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<i>Tributos e Contribuições</i>	4.645	5.974
<i>Retenções de Impostos e Contribuições</i>	8.273	7.255
<b>Total de Tributos e Contribuições à Recolher</b>	<b>12.918</b>	<b>13.229</b>
<i>Curto Prazo</i>	12.918	13.229
<i>Longo Prazo</i>	0	0
<b>TOTAL DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES À RECOLHER</b>	<b>12.918</b>	<b>13.229</b>

## 22) DÉBITOS DIVERSOS

A cooperativa possui diversas obrigações, conforme demonstrado a seguir:

<b>DÉBITOS DIVERSOS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<i>Obrigações com Pessoal</i>	13.064	14.141
<i>Fornecedores</i>	22.151	21.250
<i>Passivo de Arrendamentos - Valor Presente</i>	668	0
<i>Outros Débitos à Pagar</i>	2.659	2.943
<i>Outras Exigibilidades-Aporte Bradesco / Arrendamento a)</i>	7.697	4.465
<b>Total de Débitos Diversos</b>	<b>46.239</b>	<b>42.799</b>
<i>Curto Prazo</i>	38.542	38.334
<i>Longo Prazo</i>	7.697	4.465
<b>TOTAL DE DÉBITOS DIVERSOS</b>	<b>46.239</b>	<b>42.799</b>

### a) Outras Exigibilidades

#### a.1) Acordo Comercial

Em novembro de 2021 a cooperativa renovou o acordo comercial de (i) exclusividade dos direitos sobre o processamento da folha de pagamento de seus empregados e cooperados na sua integralidade, possibilitando-lhes o acesso aos serviços bancários oferecidos pelo Bradesco durante a vigência deste acordo e (ii) cessão onerosa de uso de espaço para instalação e manutenção de estruturas de atendimento, de propriedade do Bradesco, instalados nas quantidades e locais indicados. O valor do acordo comercial totaliza R\$ 5.700 e seu prazo de vigência é de 60 meses, portanto o valor acordado será apropriado ao resultado na fração de 1/60 ao mês, sendo que o saldo remanescente em 31/12/2022 é de R\$ 4.465, sendo R\$ 1.140 no curto prazo e R\$ 3.325 a longo prazo.

DS  
CS

#### a.2) Arrendamento de Imóveis

<b>Arrendamento de Imóveis</b>	<b>31 de dezembro de 2022</b>
<i>Arrendamento de Imóveis</i>	6.690
<i>Ajuste a valor presente</i>	(1.650)
<b>Total</b>	<b>5.040</b>

DS  
CS

DS  
GFS



<b>Arrendamento</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>0</b>
Efeito da adoção inicial CPC 06	7.165
Efeito alteração contratual	586
Baixas	(1.061)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.690</b>
<b>Ajuste a valor presente</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>0</b>
Efeito da adoção inicial CPC 06	(1.980)
Efeito alteração contratual	(158)
Baixas	488
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(1.650)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.040</b>
Circulante	668
Não Circulante	4.372

## 23) PROVISÕES

Segue quadro resumo de saldos:

<b>PROVISÕES</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Provisões p/Contingências Tributárias (a)	57.828	56.941
Provisões ANS - Taxa de Saúde Suplementar (b)	3.348	5.292
Provisões p/Contingências Cíveis (c)	19.690	15.929
Provisões p/Contingências Trabalhista (c)	6.304	3.113
Provisão Para Ressarcimento ao SUS	8.694	12.841
<b>TOTAL DAS PROVISÕES JUDICIAIS</b>	<b>95.864</b>	<b>94.116</b>

Abaixo representamos quadro resumo de Movimentações das Provisões para Contingências:

<b>PROVISÕES</b>	<b>2021</b>	<b>Adições</b>		<b>Baixas</b>		<b>2022</b>
		<b>Provisões</b>	<b>Despesa financeira - Provisões</b>	<b>Por pagamento</b>	<b>Por reversão</b>	
Provisões para Contingências Tributárias	56.941	2.537	5.456	0	(7.106)	57.828
Provisão para Processos Cíveis	15.929	6.441	0	(1.637)	(1.043)	19.690
Provisões ANS - Taxa de Saúde Suplementar	5.292	1.134	0	(1.183)	(1.895)	3.348
Provisões p/ contingências Trabalhistas	3.113	6.878	0	(1.524)	(2.163)	6.304
Provisão Para Ressarcimento ao SUS	12.841	902	0	0	(5.049)	8.694
<b>TOTAL DE PROVISÕES PARA LONGO PRAZO</b>	<b>94.116</b>	<b>17.892</b>	<b>5.456</b>	<b>(4.344)</b>	<b>(17.256)</b>	<b>95.864</b>

### (a) Contingências Tributárias

#### (a1) – Contingências Tributárias - Receita Federal do Brasil

A administração da cooperativa respaldada no posicionamento de sua assessoria jurídica entende que não são devidos os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre o resultado positivo de Atos Cooperativos Auxiliares (resultado positivo proporcional à produção de prestadores de serviços não associados).

A Unimed São José do Rio Preto recolhe IRPJ e CSLL sobre as receitas de aplicações financeiras, receitas de aluguel e resultado positivo de outras operações com terceiros, porém, o Fisco entende que o resultado de ato cooperativo auxiliar também é tributado, sendo que em virtude disso, foi contabilizada contingência tributária para estes impostos, no período de 2017 a 2022, que são atualizadas com multas e juros, em 31/12/2022 montam em R\$ 54.234.

#### (a2) – Processos Créditos Tributários - Receita Federal do Brasil

Em 2022 a cooperativa tem constituída provisão no valor de R\$ 456 relativo aos créditos tributários diversos, compensados mediante apresentação de PERD/COMP, indeferidos parcialmente por créditos não reconhecidos.

#### (a3) PIS e COFINS

(a3.1) Processo 16004-720.115/2012-66

DS  
CS

DS  
CS

DS  
GFS

No exercício de 2012, a cooperativa sofreu autuações por parte da Delegacia Regional da Receita Federal, em relação à insuficiência de recolhimentos de PIS e COFINS, referente ao período de apuração 01/01/2008 a 31/12/2010, em procedimento fiscal com os acréscimos legais, no total de R\$ 41.514 de valor original, ambas contestadas administrativamente pela Assessoria Jurídica, processos 16004-720.115/2012-66.

O motivo da autuação foi pela exclusão indevida da base de cálculo dos valores relativos dos eventos indenizáveis previstos na MP 2158-35, ou seja, o fisco não aceitou a exclusão dos eventos ocorridos dos beneficiários próprios da operadora, bem como tributou a totalidade das receitas sem segregar as receitas dos atos cooperativos e não cooperativos, fato este que foi contestado administrativamente, e se necessário posteriormente na esfera jurídica.

Por entender que a base de cálculo autuada não é adequada, e não segue os preceitos definidos na MP 2158-35, a cooperativa não efetuou provisionamento contábil em relação a estes tributos, considerando ainda que o Conselho Administrativo de Recurso Fiscal - CARF acolheu em parte Recurso Voluntário interposto pela Unimed São José do Rio Preto contra decisão da Delegacia Regional, que manteve integralmente o auto de infração, sendo obtido recurso parcial deste processo na possibilidade de dedução dos custos com plano de saúde da base de cálculo destes tributos, para o qual os assessores jurídicos entendem que não cabe recurso por parte da Receita Federal, e cuja possibilidade de êxito desta ação foi classificada como "Perda Remota".

Com o advento da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, que dá interpretação das deduções permitidas na base de cálculo das Operadoras de Planos de Saúde, e que deixa claro que será permitida a dedução dos custos assistenciais, fica fortalecida a possibilidade de um desfecho favorável para a Unimed.

Foi protocolada em 20/01/2015 petição, junto ao CARF para questionar os autos de infração diante do direito novo (Lei 12.873/2013), que alterou a base de cálculo para as cooperativas de trabalho médico.

Os autos foram expedidos para diligências internas e em 01/12/2015 os autos foram expedidos para 3ª Câmara da 3ª Seção.

Em 05/03/2015 os autos foram expedidos para triagem, na sequência de 24/03/2015 consta do andamento "expedir processo SECAM/3ª Câmara/3ª SEJUL/CARF/MF"

Após todo o tramite interno de distribuição dos autos, a relatora Lenisa Rodrigues Prado, proferiu decisão em 22/09/2017, qual seja o acolhimento dos embargos por unanimidade, em favor da Unimed Rio Preto, decisão essa em última instância.

Recebemos na data de 25/01/2018 um termo de intimação fiscal nº 15/0810700/DRF/SJR/SACAT (apo), solicitando documentos para complemento de diligência. Efetuamos resposta demonstrando nosso entendimento e solicitando esclarecimentos do objetivo da diligência.

Ocorre que, ao "descer", ao invés de arquivar os autos, a autoridade executora, desobedecendo a decisão expressa da Lei n.º 12.873/13 e do próprio Acórdão Administrativo, entendeu existir saldo devedor, pois para ela não teria sido modificado o primeiro Acórdão (que não acatava a dedução da rede própria), ela então notificou a Unimed Rio Preto a pagar, através de DARF emitido em 02/07/2018, o montante atualizado até a data de R\$ 16.543. Esta reclamou ao CARF a autoridade de seu julgado, mas este, todavia, declinou de intervir, alegando que o novo Regulamento do CARF impede de manifestar-se na execução do seu julgado.

Assim foi proposta ação judicial número 5000280-12.2019.4.03.6106 que visou anular os débitos fiscais que estão sendo cobrados indevidamente. A liminar foi concedida em 05/02/2019.

Em 09/04/2019 foi proferido despacho autorizando aos Oficiais de Justiça diligenciar juntos aos sistemas eletrônicos ARISP e RENAJUD para promover penhora sobre os bens encontrados, sendo assim, em 11/06/2019 foi ofertado aplicação financeira, no entanto a oferta foi recusada pela Fazenda Nacional, conforme petição de I.D nº 18646650. No dia 02/09/2019 foi apresentada Exceção de Pré-executividade, demonstrando que na Ação Anulatória nº 5000280-12.2019.4.03.6106 foi prolatada sentença anulando a cobrança do tributo executado na presente, conseqüente, a Fazenda Nacional requereu a suspensão do presente feito, até que haja o trânsito em julgado da Ação Anulatória.

Sendo assim, a cooperativa realizou petição ofertando seguro garantia (Apólice nº 017412019000107750003116) no valor débito atualizado que foi aceita pela oponente, garantido o feito. O seguro garantia foi contratado junto ao BMG Seguros com validade de 5 (cinco) anos, com início de vigência em 14/11/2019 e término em 14/11/2024, sendo necessário instrumento de endosso anual para complementar o valor da garantia de acordo com a atualização monetária do débito a que se refere o valor original da ação. Em 2022 a cooperativa complementou

DS  
CSDS  
DS  
GFS

com instrumento de endosso o valor da garantia, o valor da ação atualizado em 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$ 22.617, de acordo com a avaliação da administração com apoio da assessoria tributária o risco de perda da ação é remoto.

(a3.2) Processo 15746.721245/2021-61

No exercício de 2021, a cooperativa sofreu autuações por parte da Delegacia Regional da Receita Federal, alegando insuficiência de recolhimentos de PIS e COFINS, referente ao período de apuração 01/01/2018 a 31/12/2018, em procedimento fiscal com os acréscimos legais, no total de R\$ 11.714 de valor original, contestadas administrativamente pela Assessoria Jurídica sob processo nº 15746.721245/2021-61 em 18 de outubro de 2021, de acordo com a avaliação da administração com apoio da assessoria tributária o risco de perda da ação é remoto.

De acordo com o relatório da fiscalização integrante do Auto de Infração a cooperativa deixou: a) incluir as receitas de mora decorrentes do recebimento em atraso de mensalidades de plano de saúde na base de cálculo de PIS e COFINS; b) deduziu indevidamente na apuração do PIS e COFINS os gastos efetuados no custeio de assistência à saúde prestados através da sua rede própria de atendimento, incluindo nesta dedução as despesas realizadas na rede própria de atendimento com beneficiários próprios e de outra operadora.

a) As receitas provenientes do recebimento em atraso de mensalidades do plano de saúde não devem ser incluídas na base de cálculo para o PIS e a COFINS, pois de acordo com a legislação de regência, a Unimed está no regime de apuração cumulativa, em que a cobrança se restringe ao faturamento auferido pela pessoa jurídica, que corresponde à receita bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, nos termos do art. 2º e caput do art. 3º da Lei nº 9.718, de 1998.

Referidas contribuições, portanto, serão calculadas com base no faturamento. E nesse sentido o STF, em reiteradas decisões (RE nº 371.258-AgR, RE nº 367.482) já se manifestou, restringindo o conceito de receita, para fins de apuração da tributação cumulativa, às contraprestações decorrentes da prática das atividades operacionais.

O entendimento não permite, contudo, a configuração dos juros de mora como decorrentes da prática de atividades operacionais. O "fato gerador" dos juros é o atraso no pagamento da obrigação, não a prática da atividade em si. Os juros (receitas de mora) decorrentes do recebimento em atraso das contraprestações pecuniárias configuram mera recomposição de valores. Trata-se de uma indenização, paga/creditada pelo devedor, que visa somente à compensação de perdas sofridas pelo credor em virtude da mora do devedor.

Esse foi o entendimento do STF no julgamento do tema 962, RE 1063187, afastando a incidência de IR e CSL sobre a taxa SELIC recebida pelos contribuintes na repetição de indébito tributário.

Os juros, assim, não são grandezas decorrentes da atividade ou objeto principal da Unimed e não podem, por isso, integrar a base de cálculo de PIS e COFINS, sob pena de manifesta infringência ao conceito de FATURAMENTO/RECEITA BRUTA.

Por se tratar de tema recente inexistente jurisprudência em âmbito administrativo e ou judicial sobre o assunto a cooperativa tem provisionado a referida contingência para os exercícios de 2018 a 2022 no qual totaliza em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 1.333.

b) Com relação à dedução dos custos assistenciais com rede própria, o fundamento legal de sua viabilidade está no §9º-A do artigo 3º da lei 9.718/98, com redação conferida pela Lei 12.873/13. A lei 12.873/13 aclarou a interpretação do conceito "eventos ocorridos", contido no inciso III do parágrafo 9º do artigo 3º da Lei 9.718/98, reproduzido literalmente nas INs 247/02 (art. 26) e IN 635/06 (art. 17), objeto de discussão perante a Secretaria da Receita Federal. Todos os custos assistências com usuários próprios ou de outras operadoras poderão ser excluídos da base de cálculo do PIS/COFINS.

Custo, para o fim específico da suscitada legislação, seria todo e qualquer dispêndio operacional efetivamente realizado pela operadora, seja direto ou indireto, próprio e ou com terceiro, necessário para o atendimento realizado em beneficiários/usuários de planos de saúde.

Esse foi o entendimento do TRF da 4ª Região no processo 5000264-49.2016.4.04.7201 e a 3ª. Seção de Julgamento da 2ª. Câmara da 1ª. Turma Ordinária do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) que também proferiu decisão favorável nesse sentido, nos autos do processo administrativo 10140.721909/2015-49.

Com o advento da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013 e o art. 32 da IN RFB 1911, de 11 outubro de 2019 ((regulamento do PIS/COFINS) que dá interpretação das deduções permitidas na base de cálculo das Operadoras

DS  
CS

DS  
CS

DS  
GFS

de Planos de Saúde, e que deixa claro que será permitida a dedução dos custos assistenciais e em momento algum, traz essa restrição (não dedutibilidade dos custos com rede própria) fica fortalecida a possibilidade de um desfecho favorável para a Unimed.

O processo se encontra no aguardo regular dos tramites, de acordo com a avaliação da administração com apoio da assessoria tributária o risco de perda da ação é remoto.

#### **(a4) ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza**

No dia 30 de dezembro de 2016 foi publicada a Lei Complementar nº 157/16, a qual alterou a LC nº 116/2003, que dispõe normas gerais sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

O projeto de lei que originou a LC 157/2016 trouxe um dispositivo (inciso XXIII, no art. 3º) que alterou substancialmente a sistemática de recolhimento do ISS devido pelas operadoras de planos de saúde, na medida em que fixou como local de recolhimento do imposto o local do domicílio do tomador dos serviços.

O referido dispositivo (inciso XXIII, art. 3º) foi vetado pelo Presidente da República.

O veto foi derrubado pelo Congresso Nacional, em sessão realizada no dia 30 de maio de 2017.

A despeito disso, e visando a atender ao comando da Lei Complementar Federal nº 157/2016, foi aprovado pela Câmara Municipal de São José do Rio Preto o Projeto de Lei Complementar nº 29/2017, dando origem à Lei Complementar Municipal nº 546/2017, de 27 de setembro de 2017, que veio a revogar, expressamente, por meio de seu art. 9º, os incisos I, II, III, V, VI, VII, VIII e IX do § 3º do art. 27 da Lei Complementar Municipal nº 178/2003, bem como os parágrafos 5º ao 8º daquele artigo.

Ou seja, e, por conseguinte, a partir de então, não mais puderam ser deduzidos da base de cálculo do ISSQN, devido pelas operadoras de planos de saúde.

Já em 18 de dezembro de 2017, foi publicada a Lei Complementar Municipal nº 552/2017 que, também alterando a Lei Complementar Municipal nº 178/2003.

Com isso, permitiu que a Municipalidade fossem deduzidos da base de cálculo do ISSQN os valores repassados pelas operadoras de planos de saúde aos prestadores de serviços médicos domiciliados na cidade de São José do Rio Preto, limitado, porém, aos usuários que são também residentes nesta urbe.

Consequentemente, não permitiu que fossem deduzidos, da base de cálculo do ISSQN, os valores pagos a prestadores sediados ou domiciliados fora da cidade de São José do Rio Preto e, bem assim, as despesas decorrentes de atendimento de seus usuários residentes fora da cidade, independentemente de cuidarem ou não de tratamentos decorrentes de atendimentos em regime de intercâmbio com outras cooperativas do Sistema Unimed.

Em 03/04/2018, conforme divulgado no Diário da Justiça Eletrônico nº 63, o Ministro Alexandre de Moraes deferiu a Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5835, onde suspendeu a eficácia do artigo 1º da Lei Complementar 157/2018, na parte que modificou o art. 3º, XXIII, XXIV e XXV, e parágrafos 3º e 4º do art. 6º da Lei Complementar 116/2013; bem como, por arrastamento, para suspender a eficácia de toda legislação local editada para sua direta complementação.

Assim foi distribuída ação em que buscou a Autora:

a) a declaração de que a base de cálculo do ISSQN, para suas operações de plano de saúde, é a já fixada pela jurisprudência pátria, ou seja, insista-se no ponto, o tributo incide apenas e tão somente sobre a "comissão" ou "taxa de administração" auferida pela Autora, que vem a ser a aquele apurada sobre a diferença entre o valor recebido, pela promotora desta ação, de todos os contratantes de seus planos de saúde e os valores que são repassados para todos os terceiros prestadores dos serviços, independentemente de serem sediados ou domiciliados na cidade de São José do Rio Preto, ou de serem contribuintes ou não do ISSQN, inclusive os relativos a operações advindas de atendimento em regime de intercâmbio pelo Sistema Unimed; e

b) a condenação da Requerida, a título de repetição de indébito, representado pela cobrança, relativamente aos últimos 5 (cinco) anos, do ISSQN por meio de base incorreta, está prevista inicialmente no § 3º, VI do art. 27 e

DS  
CSDS  
DS  
GFS

posteriormente no art. 27-C da Lei Complementar Municipal nº 178/2003; tudo a ser apurado em futura liquidação de sentença, por meio de arbitramento.

O atendimento ao pedido foi realizado através de concessão de liminar em 31/10/2018. A prefeitura recorreu à decisão, porém foi indeferida em 23/11/2018.

Com isso, as informações expressas nas demonstrações contábeis findo em 31 de dezembro de 2021, no que tange o ISSQN sobre os serviços de operação de planos de saúde são recolhidas ao município de São José do Rio Preto, com a incidência do tributo tão somente sobre a "comissão" ou "taxa de administração" auferida pela Operadora, com base na liminar concedida.

Em 2021 houve a confirmação de decisão favorável a cooperativa por meio do "Agravo em Recurso Especial nº 1.953.013-SP (2021/0247156-2), tendo a emissão da "Certidão de Trânsito e Termo de Baixa" em 28 de outubro de 2021. O despacho para cumprimento do Acórdão foi emitido em dezembro de 2021, sendo assim, a cooperativa apresentará demonstrativo detalhado para restituição dos valores pagos a maior.

#### b) Multas Aplicadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar

Foi constituída provisão no valor de R\$ 2.780 relativa as multas aplicadas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar em face de demandas instauradas pelos beneficiários do plano de saúde. Os processos foram incluídos no Programa de Regularização de Débitos não Tributários – PRD e encontram-se suspensos a pedido da ANS, por meio de seu procurador.

Em 31 de dezembro de 2022, a cooperativa tem constituído provisão no valor de R\$ 568 relacionado a multas aplicadas pela ANS que estão em fase administrativa.

#### (c) Contingências Cíveis e Trabalhistas

A contingência cível trata, de modo geral, de ações de natureza indenizatória, obrigações de fazer, consignatórias, cobertura de procedimentos cardíacos e materiais, atendimento fora da área, cobertura de procedimentos não inclusos no rol da ANS, cobertura para medicamentos quimioterápicos, danos morais e nulidade de cláusula contratual.

Foram constituídas provisões para fazer frente à estimativa de provável desembolso de caixa das ações judiciais cíveis e trabalhistas, que montam em R\$ 19.691.

O quadro a seguir demonstra o montante de Contingências Cíveis, Trabalhistas e Ressarcimento ao Sus apuradas classificadas como **provável** desembolso de caixa e, portanto, foram provisionadas:

PROVISÕES	2022	Qtde	2021	Qtde
Contingências Cíveis	19.691	835	15.928	540
Contingências Trabalhistas	6.303	25	3.113	24
<b>TOTAL DE PROVISÕES</b>	<b>25.994</b>	<b>860</b>	<b>19.041</b>	<b>564</b>

Não é possível informar com suficiente segurança o prazo para desembolso financeiro das contingências tributárias ou fiscais.

Também conforme avaliações jurídicas, existem Contingências Cíveis e Trabalhistas apuradas até 31 de dezembro de 2022 classificadas como **possível** desembolso de caixa e, portanto, são divulgadas conforme quadro a seguir:

PROVISÕES	2022	Qtde	2021	Qtde
Contingências Cíveis	7.207	164	7.297	229
Contingências Trabalhistas	1.722	13	492	15
<b>TOTAL DE PROVISÕES</b>	<b>8.929</b>	<b>177</b>	<b>7.789</b>	<b>244</b>

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 é considerado suficiente pela administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

**(d) Provisão para Outras Contingências**

Em 31 de dezembro de 2022, a cooperativa possui um montante de R\$ 8.694 para provisão de Ressarcimento ao SUS referente a valores ainda não notificados e sem emissão de GRU correspondente.

A Administração apoiada pelos pareceres de seus assessores jurídico entende que o montante provisionado conforme CPC 25 – Passivos Contingentes é suficiente para cobrir eventual desembolso.

**24) CAPITAL SOCIAL E RESERVAS****24.a) CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social está dividido entre 1.599 cooperados, sendo que o valor do capital integralizado é de R\$ 76.245 (58.989 em 31/12/2021) e o valor atual da quota-parte é de uma unidade do sistema monetário vigente.

Em 2022 houve o ingresso de novos cooperados no qual integralizam sua quota-partes conforme previsto no estatuto, sendo assim, a composição do capital social está demonstrada conforme quadro abaixo:

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<i>Capital Social Subscrito</i>	77.055	62.415
<i>(-) Capital Social a Integralizar</i>	(835)	(3.426)
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>76.220</b>	<b>58.989</b>

De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, independentemente do número de suas cotas partes.

**a.1) Capital Base**

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável “K”, obtido no ANEXO I da RN nº 526/2022, pelo capital base de R\$ 10.883 em 2022 (9.727 em 2021) reajustado pela variação do IPCA acumulada entre julho do ano anterior e junho do ano atual.

O Capital da Cooperativa excede o valor do patrimônio líquido exigido pela Norma Técnica.

**a.2) Margem de Solvência**

Regulamentada pelo RN 526/2022 da ANS corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social ajustado por efeitos econômicos, sendo regulamentado pelo patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses dos dois o maior.

A partir de julho de 2020, a cooperativa adotou de forma antecipada ao Capital Baseado em Risco (CBR), onde mensalmente as operadoras abrangidas pelo § 2º do art. 11 da RN 526/2022 devem apurar seu capital regulatório, ou seja, maior valor entre a Margem de Solvência (MS), Capital Baseado em Risco (CBR) e Capital Base.

Seguindo os critérios de apuração do capital regulatório definido pela RN 526/2022 vigente até 31 dezembro de 2022, a cooperativa apurou a Margem de Solvência como maior valor para atingimento do Patrimônio Mínimo para data base em 31 de dezembro de 2022.

A seguir quadro de apuração da Margem de Solvência:

DS  
CSDS  
DS  
GFS

Item	Apuração da Margem de Solvência	2022	2021
A	Contraprestações Líquidas - Preço Pré-estabelecido (Soma últimos 12 meses)	892.601	817.396
B	Eventos Indenizáveis Líquidos - Preço Pré-estabelecido (Média anual dos últimos 36 meses)	726.182	629.228
C	Contraprestações Líquidas - Preço Pós-estabelecido (Soma últimos 12 meses)	78.235	331.030
D	Eventos Indenizáveis Líquidos - Preço Pós-estabelecido (Média anual dos últimos 36 meses)	163.130	228.566
E	Valor I = 20% x (A + 50% x C)	186.344	196.582
F	Valor II = 33% x (B + 50% x D)	266.557	245.359
<b>G</b>	<b>Margem de Solvência Total Apurada- Maior entre I e II</b>	<b>266.557</b>	<b>245.359</b>

Sendo assim, conforme demonstrado no quadro abaixo a cooperativa cumpriu com a exigência mínima exigida:

	2022	2021
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>271.742</b>	<b>217.702</b>
(+) Adições	0	0
(-) Participação em Outra OPS	(9.409)	(8.934)
(-) Despesas Diferidas	(3.704)	0
(-) Despesas Antecipadas	(1.342)	(1.795)
(-) Intangível	(2.630)	(4.246)
<b>(=) Patrimônio Líquido Ajustado - PLA</b>	<b>254.657</b>	<b>202.727</b>
<b>Margem de Solvência Total Apurada</b>	<b>266.557</b>	<b>245.359</b>
Margem de Solvência Exigida (0,75)	199.918	184.019
(-) Desconto Promoprev	(3.451)	(4.147)
(-) Desconto Programa de Qualidade	(9.996)	0
<b>(=) Suficiência Apurada (R\$)</b>	<b>68.186</b>	<b>22.855</b>

Regulamentado pela Resolução Normativa nº 569 de 19 dezembro de 2022, a partir de 01 de janeiro de 2023 a cooperativa passa a observar para fins de apuração do capital regulatório o maior valor entre (i) capital base e (ii) capital baseado em riscos.

A cooperativa estima que a necessidade de capital regulatório será reduzida aproximadamente em 45% (quarente e cinco por cento) quando comparado ao exigido ao final do exercício de 2022.

#### 24.b) RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A Administração da Cooperativa, com base na faculdade prevista na Lei nº 11.638/2007, decidiu pela manutenção da reserva de reavaliação até a sua realização final, que se dá por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados.

#### 24.c) RESERVAS

As reservas regulamentadas por lei e estatuto da cooperativa podem assim ser identificadas:

##### a) FATES

Tem a finalidade de prestar amparo aos cooperados e seus familiares, além de programar atividades de incremento técnico e educacional dos sócios cooperados. É constituído por 10% (dez por cento) das sobras apuradas no Balanço anual e pelo resultado de operações com não associados.

##### b) FUNDO DE RESERVA

Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da cooperativa. É constituída por 20% das sobras apuradas no Balanço anual.

##### c) RESERVA DE MARGEM DE SOLVÊNCIA

Aprovada em Assembleia Geral 24/03/2008, a reserva é constituída de resultado do exercício e tem a finalidade de garantir que a cooperativa obtenha o total do Patrimônio Líquido exigido pela Agência Nacional de Saúde.

DS  
CS

DS  
CS

DS  
GFS



## 25) JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A cooperativa conforme disposição estatutária e legal efetua o crédito de juros sobre capital próprio a seus cooperados em até 12% a.a.

DESCRIÇÃO	Valor
Capital Social Integralizado	76.220
Juros sobre Capital Próprio (1%a.a)	771

Os juros serão pagos mediante capitalização de valores ao capital após a aprovação da prestação de contas anual aprovada em assembleia geral prevista para a 2ª quinzena do mês de março do ano subseqüente conforme previsão estatutária.

## 26) CONTRAPRESTAÇÃO EFETIVA DE PLANO DE ASSISTENCIA A SAÚDE

As contraprestações efetivas no exercício são compostas como segue:

CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	2022	2021
(+) <i>Contraprestações Emitidas</i>	992.634	917.229
(+) <i>Outras Receitas Contraprestações - Taxa de Administração</i>	0	101
(-) <i>Contraprestações de Corresponsabilidade Cedida</i>	(13.817)	(153.867)
(-) <i>Outras Deduções das Contraprestações</i>	(12.382)	(12.579)
<b>(=) <i>Contraprestações Líquidas</i></b>	<b>966.435</b>	<b>750.884</b>
(-) <i>Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde</i>	38	(591)
(-) <i>Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora</i>	(17.519)	(12.609)
<b>CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>948.954</b>	<b>737.684</b>

## 27) EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

Os Eventos Indenizáveis Líquidos no exercício são compostos como segue:

EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS	2022	2021
(+) <i>Despesas com Eventos</i>	1.246.148	953.581
(-) <i>Glosas</i>	(45.682)	(31.612)
(-) <i>Recuperação por coparticipação</i>	(57.935)	(32.010)
(-) <i>Reembolso ao Contratante*</i>	(297.657)	(257.626)
<b>(=) <i>Eventos Conhecidos e Avisados</i></b>	<b>844.874</b>	<b>632.333</b>
(+) <i>Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde</i>	5.782	15.808
<b>EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS / SINISTROS RETIDOS</b>	<b>850.656</b>	<b>648.141</b>

\* Refere-se aos valores de custos incorridos que a Cooperativa espera que sejam recuperados e/ou reembolsados pelo contratante de acordo com as disposições contratuais.

A forma de registro destas transações teve sua forma de contabilização alterada pela adoção do pronunciamento contábil CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, aderida pela Agência Nacional de Saúde através da RN 528/2022 com início de vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

## 28) RESULTADO DE OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

O Resultado de Outras Receitas e Despesas Operacionais no exercício são compostos como segue:



	2022	2021
<b>RESULTADO DE OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
(+) <b>Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>841</b>	<b>646</b>
(=) <b>Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora</b>	<b>92.212</b>	<b>66.733</b>
(+) <i>Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar</i>	78.263	60.793
(+) <i>Receitas Com Administração De Intercambio Eventual - Assistência Médico Hospitalar</i>	8.485	0
(+) <i>Outras Receitas Operacionais</i>	5.464	5.940
(-) <b>Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde</b>	<b>(5.104)</b>	<b>(2.736)</b>
(=) <b>Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde</b>	<b>(81.179)</b>	<b>(70.373)</b>
(-) <i>Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde</i>	(2.796)	(13.835)
(-) <i>Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças</i>	(3.000)	(3.798)
(-) <i>Provisão para Perdas Sobre Créditos</i>	9.000	4.714
(-) <i>Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora</i>	(84.383)	(57.454)
<b>(=) RESULTADO DE OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>6.770</b>	<b>(5.730)</b>

## 29) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas no exercício são compostas como segue:

<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	2022	2021
<i>Despesas com Pessoal Próprio (a)</i>	(60.374)	(55.427)
<i>Despesas com Serviços de Terceiros (b)</i>	(16.556)	(14.999)
<i>Despesas com Localização e Funcionamento (c)</i>	(4.962)	(5.200)
<i>Despesas com Publicidade e Propaganda</i>	(4.204)	(5.223)
<i>Despesas com Tributos</i>	(80)	1.961
<i>Despesas com Multas Administrativas</i>	(631)	(192)
<i>Despesas Administrativas Diversas (d)</i>	(2.956)	(3.213)
<b>TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(89.763)</b>	<b>(82.293)</b>

- (a) Honorários dos conselhos de administração, diretoria executiva, conselho fiscal, salários e benefícios para colaboradores e encargos sociais sobre folhas de pagamentos;  
 (b) Serviços de terceiros, relativos a trabalhos advocatícios, auditorias, consultoria, entre outros;  
 (c) Utilização e manutenção das instalações da UNIMED, tais como: energia, água, segurança, aluguéis, limpeza, manutenção, telefone e demais despesas de expediente;  
 (d) Despesas administrativas diversas são despesas não classificadas nos grupos anteriores, sendo a maioria relacionadas a contribuições obrigatórias pagas as confederações, federações e intra-federativas do Sistema Unimed.

## 30) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro se apresentou da seguinte forma:

<b>DESCRIÇÃO</b>	2022	2021
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>50.937</b>	<b>18.670</b>
<i>Receitas com Aplicações Financeiras</i>	42.818	12.676
<i>Receitas por Recebimento em Atrasos</i>	2.949	3.211
<i>Receitas com Créditos Tributários</i>	622	824
<i>Receita com Depósitos Judiciais e Fiscais</i>	475	18
<i>Receitas Financeiras Diversas</i>	4.073	1.941
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(7.790)</b>	<b>(3.069)</b>
<i>Despesas com Aplicações Financeiras</i>	(824)	0
<i>Descontos concedidos</i>	(536)	(132)
<i>Despesas Financeiras de Encargos sobre Tributos</i>	(5.458)	(2.311)
<i>Despesas por pagamento em atraso</i>	(89)	(62)
<i>Despesas C/Impostos E Contrib S/Trans Financ</i>	(61)	(67)
<i>Despesas financeiras diversas</i>	(822)	(497)
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>43.147</b>	<b>15.601</b>

## 31) PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social foram realizados em resumo da seguinte forma:



	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado Antes dos Impostos e Participações</b>	<b>52.679</b>	<b>52.679</b>	<b>10.179</b>	<b>10.179</b>
Participação dos Empregados	(3.282)	(3.282)	(3.002)	(3.002)
Juros Sobre Capital Próprio	(771)	(771)	(629)	(629)
<b>Resultado Antes da Tributação</b>	<b>48.626</b>	<b>48.626</b>	<b>6.548</b>	<b>6.548</b>
Resultado do Ato Cooperativo	(4.926)	(4.926)	(54.012)	(54.012)
Provisão para Contingências Jurídicas	(1)	(1)	2.191	2.191
Outras Despesas Indedutíveis	18	18	49	49
<b>Base de Cálculo</b>	<b>43.717</b>	<b>43.717</b>	<b>12.990</b>	<b>12.990</b>
IRPJ / CSLL	10.905	3.934	3.224	1.168
(-) Incentivos Fiscais	(52)	0	(16)	0
(-) PAT - Programa Alimentação do Trabalhador	(262)	0	(78)	0
(+/-) Provisão / Reversão Contingência IRPJ / CSLL	(3.281)	(1.152)	0	0
<b>(=) Efeito Líquido Registrado no Resultado</b>	<b>7.310</b>	<b>2.782</b>	<b>3.130</b>	<b>1.168</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>13,88%</b>	<b>5,28%</b>	<b>30,75%</b>	<b>11,47%</b>

(a) – Os critérios para apuração de atos cooperativos estão elencados no item b) desta Nota Explicativa

#### APURAÇÃO DE ATOS COOPERATIVOS, AUXILIARES E NÃO COOPERATIVOS

Os critérios de proporcionalidade e segregação dos atos cooperativos e não cooperativos são:

- ✓ Sobre os ingressos e receitas de contraprestações emitidas de assistência médico hospitalar: primeiramente calculou-se a proporcionalidade dos atos cooperativos e não cooperativos sobre os eventos indenizáveis líquidos, nas respectivas modalidades preestabelecidas e pós-estabelecidas, sendo o resultado desta equação aplicado às receitas de contraprestações emitidas de assistência médico hospitalar;
- ✓ Para os demais ingressos e receitas indiretas a proporcionalidade dos atos cooperativos e não cooperativos é calculada com base no percentual dos eventos indenizáveis líquidos (grupo 4.1), exceto para aqueles ingressos de receitas indiretas que são alocadas diretamente aos cooperativos ou não cooperativos;
- ✓ Para os dispêndios, despesas e custos indiretos: primeiramente calculou-se a proporcionalidade dos atos cooperativos e não cooperativos sobre a totalidade dos ingressos e receitas da cooperativa, sendo o resultado desta equação aplicado aos dispêndios, despesas e custos indiretos, exceto aqueles ingressos e receita indiretas que são alocadas diretamente aos atos cooperativos ou não cooperativos.

#### b1) ATOS COOPERATIVOS

Os Atos Cooperativos Principais referem-se às operações exclusivamente com os associados do Sistema Unimed.

Os Atos Cooperativos Auxiliares referem-se às operações com meios credenciados, para execução de serviços auxiliares ao trabalho médico cooperado.

A cooperativa para fins de apuração de IRPJ e CSLL considera os atos cooperativos auxiliares como atos cooperativos.

A apuração do resultado dos atos cooperativos e não cooperativos, visa atender o artigo nº 87 da Lei nº 5.764/71 e legislação tributária, onde os resultados dos atos não cooperativos serão levados para a conta do FATES, permitindo ainda a apuração da Contribuição Social e Imposto de Renda.

#### b2) ATOS NÃO COOPERATIVOS

Os Atos Não Cooperativos referem-se ao resultado das operações da Unimed Vacina, Saúde Ocupacional Unimed – SOU e a Receita da Locação de Imóvel, sendo que o resultado de Atos Não Cooperativos foi destinado ao FATES e serviu de base de cálculo para os tributos IRPJ e CSLL.

### 32) FORMAÇÃO E DESTINAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

As sobras apuradas ao final de cada exercício após a constituição das reservas legais e estatutárias, ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto a sua destinação e são demonstrados a seguir:

<b>FORMAÇÃO E DESTINAÇÕES LEGAIS DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Resultado dos Atos Não Cooperativos – ANC	634	98
Resultado dos Atos Cooperativos Principais e Auxiliares	37.901	2.151
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>38.535</b>	<b>2.249</b>
Reversão do FATES	4.724	4.054
Reversão da Reserva de Reavaliação	16	16
<b>SOBRAS DE REVERSÃO DO PERÍODO</b>	<b>4.740</b>	<b>4.070</b>
<b>DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS:</b>		
(-) Reserva Legal (20%)	(7.580)	(430)
(-) FATES (10%)	(3.790)	(215)
(-) Transferência Resultado ANC para o FATES	(634)	(98)
<b>(=) SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>31.271</b>	<b>5.576</b>

### 33) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 2022 a cooperativa manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

- Remuneração paga ao Conselho de Administração e membros dos Conselhos Fiscais, Consultivo e Técnico:** nas assembleias Gerais Ordinárias, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração para os Conselhos de Administração, Fiscal, Consultivo e Técnico. A remuneração para o exercício de 2022 para o conselho de Administração totalizou R\$ 2.034 e os honorários dos conselhos fiscais, consultivo e técnico totalizaram R\$ 542;
- Eventos indenizáveis junto aos cooperados:** as referidas transações são relacionadas as remunerações pelos serviços prestados pelos cooperados em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 232.035;
- Instituto Unimed Rio Preto:** as referidas transações são realizadas com objetivo de centralizar as ações sociais realizadas pela cooperativa e, principalmente, promover a inclusão social de pessoas com deficiência através do esporte. Os valores transacionais relacionados entre as partes estão ligados a estrutura física, equipamentos em 31 de dezembro de 2022 totalizaram em R\$ 673.

### 34) ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cooperativa vem aderindo as boas práticas mínimas de governança baseado em Gestão de Riscos no qual contribui na identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes ao negócio, por meio de um plano de gestão de riscos estratégico.

Para isso, em 2019, a cooperativa lançou um completo Programa de Integridade implantado com objetivo de adequar a cooperativa à Lei nº12.846/2013, ao Decreto nº 8420/2015 e à Resolução Normativa da ANS – RN 518/2022. O Programa de Integridade da cooperativa possui os seguintes princípios:

- Envolvimento da Alta direção, incluindo o Conselho de Administração e Diretoria Executiva;
- Diretrizes de Conduta com público interno: Código de Ética/Conduta;
- Diretrizes de Conduta com público externo: Normas de integridade para Terceiros: fornecedores, prestados de serviços, parceiros de negócios, agentes intermediários etc.;
- Educação e Comunicação: Treinamentos e ações de comunicação periódicos;
- Análise de Riscos: Diretrizes e práticas de gestão de riscos corporativos;
- Registros Contábeis: A qualidade do sistema de contabilidade e escrituração fiscal;
- Controles Internos: A qualidade do monitoramento do cumprimento das diretrizes e práticas;
- Práticas de Combate a Atos Ilícitos: A qualidade das práticas específicas de prevenção e combate a ilícitos no âmbito das atividades, operações e negócios da empresa;
- Gestão do Programa de Integridade: Estrutura de gestão e recursos destinados ao Programa de Integridade;
- Canal de Denúncias: Qualidade do Canal e de seus processos;
- Medidas Disciplinares: Qualidade, tempestividade, universalidade e imparcialidade da aplicação de sanções disciplinares;
- Práticas de Contenção de Irregularidades ou Infrações Detectadas: Práticas de interrupção de irregularidades e infrações detectados e da remediação dos danos gerados;
- Política para a Contratação de Intermediários com a Administração Pública: Diretrizes e Práticas de contratação e monitoramento de Terceiros;
- Due Diligences – M&A e Terceiros: Qualidade das diligências em processos de fusões, aquisições, reestruturações societárias e relações com Terceiros;
- Monitoramento do Programa de Integridade: Qualidade dos processos de avaliação e aprimoramento continuado do Programa de Integridade;
- Política de Contribuições para Agentes Políticos: A transparência da empresa quanto a doações e apoios para candidatos e partidos políticos.

DS  
CS

DS  
CS

DS  
GFS



### 35) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os Valores constantes nas contas do ativo e passivo da cooperativa, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e correspondem aproximadamente, ao seu valor de mercado.

#### a) Avaliação de Instrumentos Financeiros

31 de dezembro de 2022	Valor Contábil			Valor Justo			
	Valor Justo por meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos Financeiros mensurados a valor justo</b>							
Aplicações Financeiras	351.012	0	351.012	0	351.012	0	351.012
<b>Total</b>	<b>351.012</b>	<b>0</b>	<b>351.012</b>	<b>0</b>	<b>351.012</b>	<b>0</b>	<b>351.012</b>
<b>Ativos Financeiros não mensurados a valor justo</b>							
Disponibilidades	0	4.924	4.924	0	0	0	0
Contas a Receber de Clientes	0	88.918	88.918	0	0	0	0
Outros Valores a receber	0	24.219	24.219	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>118.061</b>	<b>118.061</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Passivos Financeiros não mensurados a valor justo</b>							
Provisão de Eventos a Liquidar	0	(79.660)	(79.660)	0	0	0	0
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	0	(19.621)	(19.621)	0	0	0	0
Outros Débitos a Pagar	0	(39.355)	(39.355)	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>(138.636)</b>	<b>(138.636)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>							
<b>Ativos Financeiros mensurados a valor justo</b>							
Aplicações Financeiras	308.745	0	308.745	0	308.745	0	308.745
<b>Total</b>	<b>308.745</b>	<b>0</b>	<b>308.745</b>	<b>0</b>	<b>308.745</b>	<b>0</b>	<b>308.745</b>
<b>Ativos Financeiros não mensurados a valor justo</b>							
Disponibilidades	0	121	121	0	0	0	0
Contas a Receber de Clientes	0	73.351	73.351	0	0	0	0
Outros Valores a receber	0	19.599	19.599	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>93.071</b>	<b>93.071</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Passivos Financeiros não mensurados a valor justo</b>							
Provisão de Eventos a Liquidar	0	(77.424)	(77.424)	0	0	0	0
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	0	(15.603)	(15.603)	0	0	0	0
Outros Débitos a Pagar	0	(38.984)	(38.984)	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>(132.011)</b>	<b>(132.011)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

(\*) Débitos de Operações de Assistência à Saúde e Débitos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Plano de Saúde da Operadora.

(\*\*) Débitos Conta Corrente Cooperados e Débitos Diversos

DS  
CS

DS  


DS  
GPS

O valor das Disponibilidades, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência à Saúde são mensurados ao custo amortizado por terem seus saldos contábeis próximo ao valor justo, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima a do balanço.

Em 2022, a cooperativa não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

## b) Fatores de risco

A Cooperativa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

### b1) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Cooperativa não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Cooperativa dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

Em 2022, a exposição máxima do risco de crédito da cooperativa na data das demonstrações foi:

	2022	2021
Aplicações Financeiras	351.012	308.745
Disponibilidades	4.924	121
Contas a Receber de Clientes	88.918	73.351
Outros Valores a receber	24.219	19.599
<b>Total</b>	<b>469.073</b>	<b>401.816</b>

### b2) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira da Cooperativa. A Cooperativa possui controle dos projetos e aplicações financeiras para gerenciar os saldos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, sendo o risco de liquidez considerado pela administração como pouco relevante, frente à gestão dos recebimentos. Em geral, a Cooperativa não recorre a empréstimos bancários para suprir seu fluxo de caixa.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira:

	2022	Fluxo de Caixa	
		Próximos 12 Meses	Maior que 12 Meses
Provisão de Eventos a Liquidar	79.660	79.660	0
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	19.621	19.621	0
Outros Débitos a Pagar	39.355	39.355	0
<b>Total</b>	<b>138.636</b>	<b>138.636</b>	<b>0</b>

Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

### b3) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio e taxas de juros — afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração. A Cooperativa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.



**(i) Risco de taxas de juros**

A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos.

A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

**(ii) Risco cambial**

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais. A exposição a riscos de gestão da carteira de investimento é minimizada ao investir em títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras e aplicações com capital 100% protegido e taxas fixas como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

**Análise de Sensibilidade**

Os instrumentos financeiros da cooperativa que são sensíveis ao mercado com impacto na liquidez são representados principalmente por aplicações financeiras que em sua maioria são vinculados ao CDI e ao IPCA. A política de investimentos da cooperativa determina que os ativos financeiros sejam aplicados em grandes bancos com "Rating" mínimo A.

Em 2022, a cooperativa realizou análise de sensibilidade de seus ativos financeiros considerando alta e baixa nas taxas de 25% e 50% demonstrado como segue:

Risco de Mercado	2022	Indexador	Cenário -50%	Cenário -25%	Cenário Provável	Cenário +25%	Cenário +50%
		CDI IPCA	6,83% 2,90%	10,24% 4,34%	13,65% 5,79%	17,06% 7,24%	20,48% 8,69%
<b>Aplicações Financeiras</b>		<b>Fixa/Alta Ilimitada</b>	<b>Não se aplica</b>	<b>Não se aplica</b>	<b>9%</b>	<b>11,25%</b>	<b>13,50%</b>
Aplicações Financeiras Vinculadas	133.180	CDI	9.090	13.634	18.179	22.724	27.269
Aplicações Financeiras Livres	185.101	CDI	12.633	18.950	25.266	31.583	37.899
Aplicações Financeiras Livres	20.755	IPCA	601	901	1.202	1.502	1.803
Aplicações Financeiras Livres	11.975	Fixa/Alta Ilimitada	0	0	1.078	1.347	1.617
<b>TOTAL</b>	<b>351.012</b>		<b>22.324</b>	<b>33.485</b>	<b>45.725</b>	<b>57.156</b>	<b>68.588</b>

**b4) Risco operacional**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da cooperativa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da cooperativa.

O objetivo da cooperativa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da cooperativa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- ✓ exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- ✓ exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- ✓ cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- ✓ documentação de controle e procedimentos;
- ✓ exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- ✓ exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- ✓ desenvolvimento de planos de contingências;
- ✓ treinamento e desenvolvimento profissional;
- ✓ padrões éticos e comerciais.

**36) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

Outros benefícios de empregados: A Cooperativa efetuou despesas de benefícios a empregados, conforme quadro abaixo:

DS  
CS

DS  
CS

DS  
GFS



<b>BENEFÍCIOS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Plano de Saúde dos colaboradores	(3.662)	(3.061)
Cursos e Treinamentos	(418)	(482)
Programa com Alimentação do Trabalhador	(5.332)	(5.070)
Vale Transporte	(37)	(24)
Seguro de Vida	(67)	(62)
Uniformes	(16)	(25)
<b>TOTAL</b>	<b>(9.532)</b>	<b>(8.724)</b>

### 37) CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A conciliação da demonstração do fluxo de caixa com o lucro líquido, é apresentada da seguinte forma:

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC (MÉTODO INDIRETO)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>38.535</b>	<b>2.249</b>
<b>Ajuste ao resultado</b>		
(+) Depreciação	5.611	5.109
(+) Amortização	1.616	2.044
(+) Remuneração de Juros sobre o Capital	771	629
(+) / (-) Aporte bradesco/Receita Patrimonial	(1.322)	(883)
(-/+ Resultado Venda de Imobilizado	691	(192)
(-) Aumento nos investimentos (sobras e dividendos recebidos)	(509)	(113)
<b>Saldo Ajustado</b>	<b>45.393</b>	<b>8.843</b>
<b>Ajustes das Variações dos Saldos das Contas de Ativo e Passivo Operacional</b>		
<b>Ativo</b>		
(-) Aumento (+) Redução Das Aplicações Financeiras	(42.341)	(28.759)
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações com Planos	(13.123)	(3.041)
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações Não Relacionados a Planos	(2.352)	963
(-) Aumento (+) Redução de Despesas Diferidas	(3.704)	0
(-) Aumento (+) Redução de Créditos Tributários e Previdenciários	(2.882)	5.904
(-) Aumento (+) Redução de Bens e títulos a receber	(4.740)	(1.921)
(-) Aumento (+) Redução de Despesas Antecipadas	649	96
(-) Aumento (+) Redução de Conta Corrente com Cooperados	204	(314)
(-) Aumento (+) Redução do Realizável a Longo Prazo	2.131	(10.340)
<b>Passivo</b>		
(+) Aumento (-) Redução das Provisões Técnicas	8.034	27.944
(+) Aumento (-) Redução dos Débitos de Operações de Assistência a Saúde	(669)	3.697
(+) Aumento (-) Redução Débitos Oper. Assist. Saúde N. Relacion. Pl. Saúde da OPS	4.688	38
(+) Aumento (-) Redução dos Tributos e Encargos Sociais a Recolher	(311)	(9.833)
(+) Aumento (-) Redução do Débitos Diversos	(412)	7.909
(+) Aumento (-) Redução do Conta-Corrente de Cooperados	(624)	(478)
(+) Aumento (-) Redução das Provisões Técnicas	(56)	462
(+) Aumento (-) Redução das Provisões	1.748	6.021
(+) Aumento (-) Redução dos Débitos Diversos	0	(1.355)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(8.367)</b>	<b>5.836</b>

### 38) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo aos Temas 881 e 885 (decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada"). Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Cooperativa iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

São José do Rio Preto - SP, 7 de março de 2023.

DocuSigned by:

79A2F91E553442B

**Dr. José Luis Crivellin**

Presidente do Conselho de Administração

DocuSigned by:

8A29D5FA79084DD

**Dr. Geovanne Furtado Sou**

1º Tesoureiro

DocuSigned by:

251DBCD821A4D9

**Cleiton José Soares**

Contador - CRC MG - 10.5958/O-6